



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA SAUDE
CURSO DE MESTRADO EM PSICOLOGIA DA SAUDE**

RICARDO JERÔNIMO DA SILVA

**DIVERSIDADE SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO: VULNERABILIDADES
PSICOSSOCIAIS EM ADOLESCENTES NO CONTEXTO ESCOLAR**

CAMPINA GRANDE - PB

2024

RICARDO JERÔNIMO DA SILVA

**DIVERSIDADE SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO: VULNERABILIDADES
PSICOSSOCIAIS EM ADOLESCENTES NO CONTEXTO ESCOLAR**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Psicologia da Saúde (PPGPS), da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Psicologia da Saúde.

Área de concentração: Psicologia da Saúde

Orientadora: Dra. Josevânia da Silva

**CAMPINA GRANDE
2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586d Silva, Ricardo Jerônimo da.
Diversidade sexual e identidade de gênero [manuscrito] : vulnerabilidades psicossociais em adolescentes no contexto escolar / Ricardo Jerônimo da Silva. - 2024.
82 p.

Digitado.
Dissertação (Mestrado em Psicologia da Saúde) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, 2024.
"Orientação : Profa. Dra. Josevania da Silva, Coordenação do Curso de Psicologia - CCBS. "
1. Vulnerabilidade em saúde. 2. Diversidade sexual. 3. Identidade de gênero. 4. Ensino médio. I. Título
21. ed. CDD 158

RICARDO JERÔNIMO DA SILVA

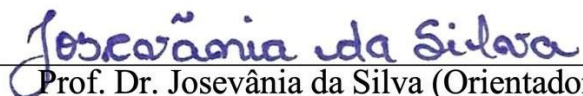
DIVERSIDADE SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO: VULNERABILIDADES
PSICOSSOCIAIS EM ADOLESCENTES NO CONTEXTO ESCOLAR

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Psicologia da Saúde (PPGPS), da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Psicologia da Saúde.

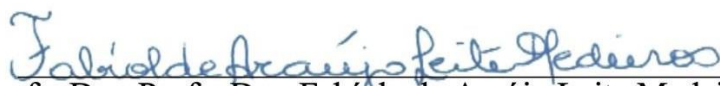
Área de concentração: Psicologia da Saúde

Aprovado em: 14/03/2024.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Josevânia da Silva (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Profa. Dra. Fabíola de Araújo Leite Medeiros
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Flávio Lúcio Almeida Lima
Avaliador Externo – Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

À minha mãe (Maria do Socorro Jerônimo da Silva), que mesmo sem compreender uma trajetória acadêmica sempre sentiu muito orgulho e entusiasmos por cada conquista. Obrigado por tudo, por todo acalento e por cada colo e serenidade nas palavras. Te amo de maneira imensurável!

Ao meu Pai José Risomar Silva (in memoriam) que sempre acreditou que a educação era o único caminho para ter uma vida digna, por cada um real deixado na mesa para o lanche escolar, e em consequência disso suas caminhadas de 20km até o trabalho para garantir que seus filhos lanchassem. Estou aqui te dando o orgulho e realizando seu sonho. Te amo! Continua me olhando e me protegendo. Você se foi como um pássaro, mas vive eternamente em nossos corações.

Aos meus irmãos, por sorrir e chorarmos juntos, por não soltar a minha mão e me apoiar em tudo, estou aqui dando mais um orgulho a vocês.

A toda minha família. Acreditem na educação! Eis o primeiro de três gerações que venceu pelo estudo.

Dedico também a educação pública, aos jovens, a comunidade LGBTQIAP+, aos professores, as famílias. Sim, como dizia Paulo Freire: Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.

AGRADECIMENTOS

É com imensa alegria que dedico este espaço para expressar meus sinceros agradecimentos a todos que contribuíram de maneira fundamental para a realização desta pesquisa e fase da minha trajetória acadêmica, o mestrado. Ao iniciar essa jornada, sabia que enfrentaria desafios, mas a presença e apoio de pessoas especiais tornaram cada etapa mais significativa.

Primeiramente, expresso minha profunda gratidão a Deus, fonte inesgotável de força e sabedoria, por guiar meus passos durante essa caminhada acadêmica. Sua presença foi minha âncora nos momentos desafiadores, e Sua graça foi a luz que iluminou meu caminho.

Agradeço de coração aos meus pais, José Risomar Silva (in memoriam) e Maria do Socorro Jeronimo da Silva, por serem os pilares da minha vida. O legado deixado por meu pai permanece como inspiração, guardo eternamente seus conselhos, e sua sabedoria, talvez eu esgote toda literatura e não irei encontrar nada parecido com os seus peculiares conceitos e teorias aprendidas com a vida, mesmo na saudade o amor incondicional de minha mãe foi meu alicerce, suas palavras de encorajamento, seu sorriso afetuoso e seu abraço carinhoso foram a bússola que guiou cada passo meu, fazendo-me sentir seguro e amado.

Aos meus irmãos, Rodrigo Jerônimo da Silva e Rayssa Belo Cardoso, agradeço pela presença constante e pelo apoio irrestrito. Juntos, formamos uma base sólida de amor e suporte mútuo, fundamentais para superar desafios e celebrar conquistas.

Estendo meus agradecimentos a todos os meus familiares que, de alguma forma, contribuíram para meu crescimento e sucesso. A união da nossa família foram alicerces que sustentaram meus sonhos.

Aos estudantes que participaram da pesquisa, expresso minha gratidão por sua colaboração. Suas experiências e insights foram cruciais para enriquecer este estudo e agregar valor aos resultados obtidos.

Agradeço também aos meus amigos, verdadeiros companheiros de jornada, que estiveram ao meu lado nos momentos de alegria e nos desafios. Suas palavras de incentivo e amizade foram essenciais para manter meu equilíbrio emocional ao longo dessa jornada.

Aos respeitadores professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde, a dedicação, orientação e conhecimento científico compartilhado foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Cada ensinamento recebido moldou minha compreensão e paixão por esta pesquisa, pela psicologia e pela educação.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Gostaria de expressar minha profunda gratidão à minha orientadora, Professora Dra. Josevânia da Silva, por seu inestimável apoio ao longo desta jornada de pesquisa. Seu tempo dedicado, carinho, bondade e afeto foram fundamentais para o sucesso desta pesquisa. Ainda assim, não posso deixar de destacar, sua capacidade de compreender e me apoiar nos momentos mais frágeis da minha vida que transitou essa jornada acadêmica, bem como sua crença constante no meu potencial profissional. Tudo isso foi inspirador e moldou não apenas minha pesquisa, mas também meu crescimento pessoal e profissional. Agradeço por sua orientação e por ser uma mentora que vai além do papel acadêmico, sendo uma fonte valiosa de apoio e estímulo.

A todos que, de alguma forma, fizeram parte desta jornada, meu mais sincero obrigado. Este trabalho é resultado de uma construção coletiva, e cada um de vocês deixou sua marca indelével em minha trajetória acadêmica.

Muito Obrigado.

RESUMO

Entre os diversos fenômenos marcados por estigmas na escola, destaca-se o preconceito relacionado às questões de gênero e sexualidade, os quais geram sofrimento psíquico e estão associados a contextos sociais e de vulnerabilidades. Os Parâmetros Curriculares Nacionais defendem que a escola deve facilitar o acolhimento e o debate de diversas questões, com ênfase na diversidade sexual e na identidade de gênero. Este estudo teve como objetivo geral analisar a diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar sob a perspectiva de estudantes adolescentes. Para isso, foi realizado um estudo transversal, descritivo e exploratório, com abordagem qualitativa. Participaram, de maneira não probabilística e acidental, 13 adolescentes estudantes de uma escola pública estadual de tempo integral, localizada na zona oeste de Campina Grande-PB, na periferia da cidade, com idades entre 15 e 18 anos, regularmente matriculados no ensino médio (1ª série até a 3ª série). Para a coleta de dados, foram utilizados como instrumentos a entrevista semiestruturada e o questionário sociodemográfico. Os dados oriundos do questionário sociodemográfico foram analisados por meio de estatística descritiva. As respostas obtidas nas entrevistas foram analisadas utilizando a técnica de análise de conteúdo categorial temática. Durante a realização desta pesquisa, foram rigorosamente seguidas todas as diretrizes éticas para estudos envolvendo seres humanos, conforme estabelecido pela Resolução 466/2012. A análise de conteúdo das entrevistas evidenciou três categorias temáticas: 1. Diversidade sexual; 2. Identidade de gênero; e 3. A escola no contexto da diversidade sexual e da identidade de gênero, e oito subcategorias, abrangendo 156 unidades de conteúdo. Os relatos evidenciaram vivências de preconceito, exclusão e vulnerabilidades. Outros relatos tratam sobre espaços de acolhimento e escuta. Foi possível perceber que, apesar dos esforços da escola em promover práticas de inclusão e metodologias para debates e discussões sobre diversidade, a pesquisa indicou que, para muitos estudantes adolescentes, a escola ainda é percebida como um espaço de exclusão e não acolhimento.

Palavras-chave: vulnerabilidade em saúde; diversidade sexual; identidade de gênero; ensino médio.

ABSTRACT

Among the various phenomena marked by stigmas in school, prejudice related to gender and sexuality issues stands out, which generate psychological suffering and are associated with social contexts and vulnerabilities. The National Curricular Parameters argue that the school should facilitate the welcoming and debate of various issues, with an emphasis on sexual diversity and gender identity. This study aimed to analyze sexual and gender diversity in the school environment from the perspective of adolescent students. For this purpose, a cross-sectional, descriptive, and exploratory study was carried out, with a qualitative approach. Thirteen adolescents studying at a full-time state public school located in the western zone of Campina Grande-PB, on the outskirts of the city, aged between 15 and 18 years, regularly enrolled in high school (1st to 3rd grade), participated in a non-probabilistic and accidental manner. Semi-structured interviews and a sociodemographic questionnaire were used as data collection tools. The data from the sociodemographic questionnaire were analyzed using descriptive statistics. The answers obtained in the interviews were analyzed using the thematic categorical content analysis technique. During this research, all ethical guidelines for studies involving human beings, as established by Resolution 466/2012, were strictly followed. The content analysis of the interviews highlighted three thematic categories: 1. Sexual diversity; 2. Gender identity; and 3. The school in the context of sexual diversity and gender identity, and eight subcategories, covering 156 units of content. The reports showed experiences of prejudice, exclusion, and vulnerabilities. Other accounts deal with spaces for welcoming and listening. It was possible to see that, despite the school's efforts to promote inclusive practices and methodologies for debates and discussions on diversity, the research indicated that, for many adolescent students, the school is still perceived as a space of exclusion and non-welcoming.

Keywords: health vulnerability; sexual diversity; gender identity; high school

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	OBJETIVOS	13
2.1	Objetivo geral	13
2.2	Objetivos específicos	14
3	MARCO TEÓRICO	16
3.1	Diversidade Sexual E Identidade De Gênero: Conceitos e Contextualização Teórica	16
3.1.1	Diversidade Sexual	17
3.1.2	Identidade de Gênero	22
3.1.3	Escola Enquanto Instituição E Espaço De Formação Para A Vida: Uma Perspectiva Histórica E Social	26
3.1.4	A Escola e seu percurso histórico	28
3.1.5	O papel da escola no contexto da diversidade sexual e identidade de gênero	34
3.1.6	No Contexto Escolar E Diversidade Sexual E Identidade De Gênero	38
4	MÉTODO	43
4.1	Tipo De Estudo	43
4.2	Local Da Pesquisa	44
4.3	Participantes	44
4.4	Instrumentos	45
4.5	Procedimentos	45
4.6	Análise Dos Dados	46
4.7	Aspectos Éticos	47
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES	48
6	COSIDERAÇÕES FINAIS	68
	REFERÊNCIAS	72
	APÊNDICE A - ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA E QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO	77
	ANEXO A - PARECER CONSUBSTÂNCIADO DO CEP	79

1 INTRODUÇÃO

A escola, enquanto entidade institucional e social, desempenha um papel fundamental no desenvolvimento multidimensional dos indivíduos. Ela pode ser vista como um espaço de emancipação individual (Ribeiro & Maciel, 2020). No entanto, paradoxalmente, pode também atuar como um centro de dominação, devido à sua influência intelectual e impacto nos contextos sociais (Rodrigues, 2020; Santos, Daniel, & Lopes Neto, 2011; Young, 2007). Assim, pode oscilar entre ser um veículo de emancipação ou ser utilizada como instrumento de dominação, especialmente quando perpetua ideologias patriarcais dentro de um discurso heteronormativo na discussão de gênero.

A segregação entre grupos sociais no ambiente escolar, longe de ser um fenômeno recente (Sant'Ana, Suanno, & Castro, 2019), carrega marcas históricas evidenciadas pelas diferenças, distinções e desigualdades decorrentes da afiliação grupal e social. Historicamente, a instituição escolar tem promovido a distinção entre seus membros, privilegiando alguns em detrimento do acesso de outros (Ribeiro & Maciel, 2020).

Desde sua origem na sociedade ocidental, a escola estabeleceu a separação entre adultos e crianças, marcando uma distinção significativa nos papéis sociais e de gênero (Lopes Neto, 2011; Louro, 2010), o que alimentou estereótipos de gênero e consolidou as desigualdades de poder entre homens e mulheres (Louro, 2010). Adicionalmente, o ambiente escolar destacava a divisão entre católicos e protestantes, evidenciando diferenças religiosas (Santos, Daniel, & Lopes Neto, 2011). Outra forma de segregação manifestava-se na diferenciação da escola para ricos e pobres, intensificando as disparidades socioeconômicas e de oportunidades (Leite, Ramalho, & Carvalho, 2019).

Entender as origens de tais divisões é crucial para uma reflexão crítica da estrutura escolar na contemporaneidade e para a elaboração de estratégias de ensino mais inclusivas e

equitativas. Reconhece-se, assim, que as desigualdades e discriminações existentes no contexto escolar são consequências de processos históricos e de relações de poder, e não aspectos naturais ou intrínsecos à educação.

Ao longo das últimas décadas, mudanças significativas contribuíram para reduzir mecanismos que legitimavam a segregação, o preconceito e a exclusão social (Carvalho & Ximenes, 2022), especialmente em relação à promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero. Como exemplo, destacam-se: a) adoção de legislações e políticas que proíbem a discriminação com base em orientação sexual e identidade de gênero nas escolas; b) incorporação de conteúdo educacional que aborda a diversidade sexual e de gênero nos currículos escolares; c) capacitação a comunidade escolar¹ para lidar com questões de diversidade, visando um ambiente escolar mais acolhedor e inclusivo, entre outros. Além disso, o ambiente escolar tem se estabelecido como um local que proporciona, além do ensino acadêmico, oportunidades para múltiplas formas de aprendizagem, promovendo o respeito às diferenças em todas as facetas da vida.

Entende-se que o desenvolvimento pessoal e social exige a criação de um espaço democrático que reconheça e valorize a diversidade sexual e de gênero. Louro (2010, p. 47) destaca que "Na contemporaneidade, os grupos, sujeitos, movimentos e as formas de identificação com gêneros e vivências da sexualidade se multiplicaram. Não existe uma única maneira de ser, mas tantas quantas são os indivíduos".

A democratização da escola traz também a ideia de integralidade, que envolve a participação ativa de todos na comunidade escolar, criando um ambiente de aprendizado positivo e justo. Dessa forma, a escola desempenha um papel social crucial na educação para

¹ A comunidade escolar refere-se a todas as pessoas que fazem parte do ambiente educacional de uma escola. Isso inclui não apenas os estudantes e professores, mas também outros membros da comunidade local que desempenham papel para a aprendizagem

uma sociedade baseada em direitos e deveres, na qual busca-se tratar as pessoas com igualdade, sem distinção de classe social, gênero, cultura ou religião (Borba, Sales, & Silva, 2022).

Uma escola verdadeiramente democrática deve acolher cada estudante como um indivíduo único, valorizando suas experiências, contexto cultural e valores pessoais, fomentando a conscientização e o desenvolvimento de um ambiente educacional inclusivo. Contudo, embora se reconheça que o contexto escolar deva ser um espaço em que os indivíduos se sintam acolhidos, ainda são observadas práticas discriminatórias, violência, LGBTfobia², entre outras expressões de discriminação e exclusão social (Ribeiro, 2020).

O que se verifica é que os processos de exclusão estão mascarados em modos de agir que se dizem inclusivos, mas que continuam a inferiorizar e invisibilizar as diferenças que não se enquadram em padrões de normalidade e de condutas socialmente desejáveis. Tais processos de exclusão colocam determinados indivíduos ou grupos na posição de discriminados e excluídos. Isso ocorre com base em valores e normas sociais estabelecidas, que orientam os discursos sobre o que é considerado "normal" e o que é tido como "anormal" (Joffe, 1995). Estas construções não apenas refletem, mas também reforçam a percepção e o tratamento desigual dentro da sociedade, perpetuando ciclos de exclusão e marginalização.

Sawaia (1999) descreve o processo de exclusão como complexo e multifacetado, sutil e dialético, pois ele só existe em relação à inclusão, envolvendo o ser humano e suas interações. A autora argumenta que essa "dialética inclusão/exclusão produz subjetividades específicas que variam desde o sentir-se incluído até o sentir-se discriminado e revoltado" (Sawaia, 1999, p. 9). Outro aspecto fundamental do problema da exclusão é a alteridade. Jodelet (1998, p.60) afirma que "a alteridade é o resultado de um duplo processo de construção e de exclusão social, e sua análise deve abordar conjuntamente os níveis interpessoal e intergrupar, já que a transição do

² Faz referência a todo e qualquer tipo de intolerância e aversão as pessoas que não são heterossexuais e cisgêneras.

próximo ao outro pressupõe o social, através da pertença a um grupo que sustenta os processos simbólicos e materiais de produção de alteridade".

O preconceito relacionado às questões de gênero e sexualidade é um dos estigmas mais destacados no ambiente escolar, gerando significativos contextos de exclusão e preconceitos socialmente construídos que afetam as relações entre os membros dessa comunidade (Ribeiro, 2020; Barbosa, Lima, & Silva, 2021). Esse preconceito, juntamente com os estereótipos, atua como mediadores da exclusão em diversos contextos educativos, enraizando-se profundamente nos processos de ensino e aprendizagem (Carvalho & Ximenes, 2022).

Frequentemente, as instituições educacionais reproduzem as condições que sustentam a ordem social vigente (Almeida, 2019). No entanto, é vital reconhecer que o ambiente escolar não apenas reproduz desigualdades e discriminações sociais, mas também pode ser espaço de luta e resistência contra essas práticas (Carvalho & Ximenes, 2022). Nesse aspecto, a escola emerge como um potencial agente transformador ao criar oportunidades para o reconhecimento das diferenças e para o empoderamento de sujeitos sociais historicamente silenciados.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) defendem que a escola deve fomentar o acolhimento e a discussão sobre a diversidade sexual e de gênero, respeitando as diversas concepções, valores e crenças sobre o assunto. Isso visa promover o respeito às diferenças, com a escola assumindo uma postura de respeito às diversidades expressas por estudantes, suas famílias e a comunidade escolar em geral. A questão da diferença se torna urgente, especialmente quando essa implica não apenas no reconhecimento do outro como diferente, mas também quando essas diferenças são hierarquizadas, levando a processos de exclusão (Ribeiro, 2020).

Este estudo sobre as relações sexuais e de gênero no ambiente escolar se justifica diante dos desafios ainda existentes na luta pela igualdade. A cultura patriarcal, que decorre de processos históricos, colabora para comportamentos e crenças sociais sobre papéis sexuais

tornando-se fundamental a desconstrução dos mecanismos que permeiam o predomínio de narrativas heteronormativas no imaginário social e cultural, bem como nos meios de comunicação.

Mediante o exposto, este estudo considerou as seguintes questões de pesquisa: Quais as concepções de estudantes adolescentes sobre diversidade sexual e de gênero? Como estes adolescentes compreendem o papel da escola na promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero? Como os estudantes adolescentes percebem a relação entre vulnerabilidades e sofrimento psíquico no contexto da diversidade sexual e de gênero, no âmbito escolar?

A discriminação e o preconceito em relação ao gênero e à sexualidade são fatores que podem levar ao sofrimento psíquico, afetando o bem-estar e a qualidade de vida dos indivíduos. Assim, é fundamental compreender as experiências de estudantes adolescentes em relação a essas questões, a fim de desenvolver políticas públicas que correspondam à realidade dos atores sociais que fazem parte da comunidade escolar, tendo em vista o enfrentamento das desigualdades de gênero e a homofobia.

Ao analisar criticamente as diferentes manifestações da cultura patriarcal na sociedade, é possível proporcionar uma educação mais inclusiva e igualitária, capaz de estimular o desenvolvimento pleno do potencial de cada indivíduo. Dessa forma, o estudo do gênero na escola pode ser visto como um importante instrumento de transformação social, capaz de promover mudanças significativas em nossa cultura e, por consequência, garantir uma educação mais justa e igualitária. Nessa direção, tendo em vista responder às questões de pesquisa, esta dissertação está pautada nos objetivos a seguir.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Compreender como a diversidade sexual e de gênero se apresenta no ambiente escolar

na perspectiva de estudantes adolescentes.

2.2 Objetivos específicos

- Identificar as percepções de estudantes adolescentes sobre diversidade sexual e de gênero;
- Tecer a percepção de adolescentes estudantes sobre o papel da escola na promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero;
- Descrever a relação entre vulnerabilidades e sofrimento psíquico no contexto da diversidade sexual e de gênero a partir dos relatos dos estudantes adolescentes.

Esta dissertação está estruturada em três capítulos, o quais contribuem para a compreensão dos fundamentos teóricos, metodológicos e empíricos sobre diversidade sexual e identidade de gênero no contexto escolar. O primeiro capítulo estabelece a base teórica e conceitual da investigação. Inicia-se com a delimitação do objeto de estudo, definindo o escopo e os limites da pesquisa, no qual são explorados aspectos teóricos e conceituais sobre a diversidade sexual e identidade de gênero. Este capítulo também examina o papel da escola como instituição educativa e espaço de socialização, oferecendo uma análise de sua função na formação indivíduos sob uma perspectiva histórica e social. Adicionalmente, aborda-se a questão das vulnerabilidades enfrentadas por estudantes no contexto escolar, considerando as implicações teóricas dessas vulnerabilidades para a inclusão e o respeito à diversidade.

O segundo capítulo é dedicado à metodologia da pesquisa. Aqui, detalha-se o método adotado para a coleta e análise de dados, justificando as escolhas metodológicas em função dos objetivos da pesquisa. Este capítulo descreve o desenho do estudo, os instrumentos de coleta de dados utilizados, a amostra estudada, e os procedimentos analíticos empregados.

O terceiro capítulo apresenta os resultados obtidos e a discussão desses em relação ao marco teórico e aos objetivos propostos. Esta seção é crucial para a compreensão das dinâmicas de diversidade sexual e identidade de gênero no ambiente escolar a partir dos achados

empíricos, o que possibilita identificar os desafios contemporâneos relativos à temática investigada.

Por fim, a dissertação é concluída com as considerações finais, na qual são sintetizados os principais achados da pesquisa, suas implicações teóricas e práticas, além de recomendações para estudos futuros. Esta seção reflete sobre a contribuição do estudo para o campo da educação e para a promoção da igualdade e respeito à diversidade sexual e de gênero nas escolas.

3 MARCO TEÓRICO

3.1 Diversidade Sexual E Identidade De Gênero: Conceitos E Contextualização Teórica

O contexto escolar desempenha um importante papel na formação psicossocial dos indivíduos, pois é um espaço de interações sociais e construção do conhecimento. Na comunidade escolar, a compreensão das dimensões de gênero, sexo, corpo e sexualidade é fundamental, uma vez que a identidade das pessoas está relacionada a valores sociais compartilhados por determinados grupos em uma determinada época e localidade. Além disso, esses aspectos são influenciados por fatores como economia, raça, classe social e outros elementos.

Mesmo diante da complexidade de fenômenos como a identidade sexual e identidade de gênero, as pessoas que desafiam as normas de sexo, gênero e sexualidade são colocadas na condição de minorias e, frequentemente, são negligenciadas. No entanto, o reconhecimento das diversas identidades sexuais e de gênero colabora para desconstruir imperativos de normalidade que são excludentes (Louro, 2004).

Ao classificar e segregar pessoas com base em estereótipos, criam-se divisões e rótulos que buscam definir identidades de maneira fixa. Esse processo não apenas separa e distingue os indivíduos, mas também pode discriminá-los, de maneiras sutis ou explícitas. Silva (1998) argumenta que os grupos sociais criam suas identidades e as dos outros por meio de representações, que não são imparciais e estão impregnadas de poder. Essas representações são campos de batalha onde se disputam significados, e o poder influencia como elas são construídas. Por sua vez, elas afetam diretamente a criação de identidades culturais e sociais, reforçando as relações de poder existentes.

Neste capítulo são apresentados os aspectos teóricos e os conceitos relacionados à diversidade sexual e identidade de gênero. Caracteriza-se esses conceitos a partir de reflexões e análises baseadas em estudos empíricos da literatura, tendo como aporte teórico as contribuições de autores como Guacira Lopes Louro (2004; 2010), Joan Scott (1995; 1998), Heleieth Saffioti (2004), Judith Butler (2003), Tatiana Lionço (2009), Erving Goffman (1975) e Larissa Pelúcio (2006).

3.1.1 Diversidade Sexual

Gênero e sexualidade são categorias pautadas em construções sociais. Nessa direção, considera-se que a diversidade sexual pode ser compreendida como um fenômeno abrangente de identidades, práticas e orientações sexuais que transcendem os limites binários tradicionais de masculino e feminino (Scott, 1986), bem como não está restrito a marcadores biológicos.

A tríade linear entre sexo-gênero-sexualidade, segundo Judith Butler (2003), considera a existência de uma regulação normativa na formação das identidades sexuais e de gênero, que é fundamentado em sistemas que produzem crenças naturalizadoras. Estes sistemas estabelecem, de forma binária, a associação entre identidades e as diversas manifestações do desejo sexual. Essa estruturação binária reforça normas restritivas, limitando a compreensão e expressão da sexualidade e da identidade de gênero a categorias fixas e exclusivas (Butler, 2003).

Dessa forma, Cruz (2012) afirma que o termo sexo se refere às características genitais presentes desde o nascimento, permitindo uma classificação em categorias como macho, fêmea e hermafrodita. Tal definição biológica tem relação com a reprodução das espécies. Por outro lado, a categoria gênero é mais ampla e aponta para uma construção que engloba aspectos psicológicos, sociais e culturais, delineando as características que os indivíduos adotam em suas vidas, influenciados pelo contexto cultural no qual estão inseridos. Sendo assim, Scott (1986)

argumenta que as categorias de gênero são constituídas através de discursos sociais e práticas que estabelecem significados variados para as diferenças sexuais, implicando que tais categorias são historicamente situadas e sujeitas a transformações constantes.

A concepção de diversidade abrange variáveis como raça, etnia, classe, gênero, sexualidade, idade e crenças políticas e religiosas (Rossi, 2010). Historicamente, o enfoque inicial repousava na promoção da tolerância intercultural; no entanto, evoluções contemporâneas direcionaram a discussão para uma perspectiva mais ampla, denominada "unidade na diversidade" (Rossi, 2010).

Neste cenário, as reflexões de Vianna (2012) sobre diversidade sexual ressaltam a multiplicidade de expressões da sexualidade e experiências de gênero que compõem a complexidade humana. Tais expressões englobam identidades sexuais, como heterossexual, homossexual e bissexual, e identidades de gênero, destacando-se as vivências específicas de travestis e transexuais (Vianna, 2012). Este entendimento implica, portanto, no reconhecimento da existência de diversas manifestações da sexualidade humana, cada uma caracterizada por modos diferenciados de vivência, significado e expressão (Vianna, 2012).

A diversidade sexual é reconhecida como o resultado de processos sociais que permitem a expressão de uma multiplicidade de identidades sexuais e de gênero (Menezes, 2021; Sartori, 2021), refutando a ideia de uma normatividade universal baseada em uma dicotomia estrita de gênero (Marques & Rocha, 2020). Assim, é considera-se que a diversidade sexual é intrinsecamente ligada à maneira como as sociedades constroem e interpretam o gênero, enfatizando a necessidade de considerar as relações de poder que moldam as normas sociais e as identidades individuais (Bonfim & Mesquita, 2020).

Por sua vez, a análise do gênero como uma categoria de análise histórica oferece um meio crucial para desvendar como as diferenças sexuais são socialmente produzidas e mantidas, e como elas podem ser contestadas e reconfiguradas (Scott, 1986). Assim, ao abordar a

diversidade sexual sob esta ótica, reconhece-se a complexidade e a fluidez das identidades sexuais e de gênero como parte integrante da estrutura social, ao invés de meras anomalias ou desvios de uma norma presumida. A partir dessa perspectiva, a identidade sexual é entendida como um aspecto da identidade humana profundamente enraizado em contextos sociais e históricos, refletindo não apenas preferências pessoais, mas também a interação complexa entre o indivíduo e as estruturas sociais que o cercam.

A diversidade sexual refere-se à multiplicidade, de orientações sexuais e identidades de gênero presentes na sociedade, incluindo, mas não se limitando a, heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade, assexualidade, identidades transgênero e outras (Gonçalves & Gonçalves, 2021; Brubaker, 2021). Isso implica, portanto, no reconhecimento da existência de diversidades sexuais, de modos diferenciados de vivenciar, significar e expressar a sexualidade humana (López-Orozco, López-Caudana, & Ponce, 2021).

A inclusão e a exclusão, no âmbito das relações gênero e sexualidade, são fenômenos intrinsecamente relacionados (Cegolon, 2022; Domingues & Sena, 2023). Historicamente, as sociedades em todo o mundo estabeleceram estruturas de poder que subjugarão as mulheres e outras identidades de gênero não conformes, relegando-as a papéis secundários e limitando seu acesso a recursos, oportunidades e voz (Ade, 2021; Rather, 2022; Brubaker, 2021). Essa subordinação de gênero levou a formas persistentes de exclusão social e econômica (Cegolon, 2022; Menezes, 2021). Além disso, pessoas transgênero, não binárias e de gênero diverso frequentemente enfrentam discriminação e marginalização.

Outrossim, essa exclusão aumenta a vulnerabilidade desses grupos. A vulnerabilidade está diretamente ligada à falta de acesso a recursos e direitos básicos, tornando essas pessoas mais suscetíveis a desigualdades, abuso e falta de apoio social e econômico. No entanto, a luta pela inclusão de gênero não se trata apenas de promover a igualdade de direitos, mas também de combater a subordinação de gênero arraigada, que é a raiz da exclusão e da vulnerabilidade

(Sandoval, 1994). A inclusão real requer a desconstrução das normas de gênero opressivas e a criação de sociedades mais equitativas, onde todas as identidades de gênero são respeitadas e valorizadas.

“(...) consciência é um conceito psicossocial referente aos significados que os indivíduos atribuem às interações diárias e acontecimentos em suas vidas (...) A consciência não é um mero espelhamento do mundo material, mas antes a atribuição de significados pelo indivíduo ao seu ambiente social, que servem como guia de conduta e só podem ser compreendidos dentro do contexto em que é exercido aquele padrão de conduta.” (Sandoval, 1994: 59).

A percepção sobre sexualidade é moldada por normas, valores e crenças societárias transmitidas ao longo do tempo. Por isso, a discussão sobre diversidade sexual é fundamental, uma vez que é imperativo promover debates que valorizem o respeito e o reconhecimento das diversas orientações sexuais e identidades de gênero. Tal reconhecimento não só fomenta a inclusão e a igualdade, mas também questiona normas tradicionais, possibilitando que as pessoas vivam de maneira autêntica.

No âmbito da diversidade sexual, a transsexualidade desafia a tríade linear entre sexo-gênero-sexualidade, apontando para a distinção entre identidade de gênero (o gênero com o qual uma pessoa se identifica) e sexo biológico (os atributos físicos e biológicos com os quais uma pessoa nasce). Pessoas transsexuais têm uma identidade de gênero que não se alinha com seu sexo biológico atribuído ao nascer, o que colabora para maior suscetibilidade desses indivíduos às situações de preconceito e exclusão (Meneses, 2021; Shamim, Verma, Kumar, & Sahu, 2023).

Segundo Jesus (2012, p. 9), transexuais são pessoas que “sentem que seu corpo não está adequado à forma como pensam e se sentem, e querem corrigir isso adequando seu corpo ao seu estado psíquico”. Reconhecer essa diversidade é fundamental para promover a inclusão e o respeito às diferentes formas de vivenciar a sexualidade, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e compreensiva (Shamim et al., 2023). Portanto, compreende-se que a

sexualidade é muito mais ampla e diversa do que apenas o padrão heterossexual, e engloba uma vasta variedade de expressões e práticas sexuais que são influenciadas pela orientação sexual, identidade de gênero, cultura, contexto social e individualidade de cada pessoa (Matta, Taquette, Souza, & Moraes, 2021).

Pessoas travestis também vivenciam situações de estigma e de marginalização social. Conforme afirma Pelúcio (2006, p. 3-4), travestis “são pessoas que nascem com o sexo genital masculino [...] e que procuram inserir em seus corpos símbolos do que é socialmente sancionado como feminino, sem, contudo, desejarem extirpar sua genitália, com a qual, geralmente, convivem sem grandes conflitos”. A sociedade é marcadamente pautada por uma lógica heteronormativa, o que é evidenciado pela resignação e naturalização da heterossexualidade como marcador de identidade e diversidade sexual (Butler, 2003).

Conforme elucidado por Lionço (2009), a categoria de diversidade sexual é instrumental na explicitação do potencial variado das orientações sexuais e das expressões de gênero. Tal abordagem enfatiza o pluralismo e problematiza as narrativas e discursos prevalentes acerca dos corpos, desafiando a compreensão tradicional dos modos pelos quais os indivíduos manifestam suas identidades para além do espectro heteronormativo (Lionço, 2009). Em um diálogo complementar com essas ideias, Butler (2001) postula que as diversidades sexuais estão inextricavelmente ligadas a um contexto discursivo, o qual implica uma categorização normativa. Essa categorização é parte integrante de uma prática regulatória que define e delimita o que é ser homem ou mulher (Butler, 2001).

No âmbito escolar, a efetivação do reconhecimento e do respeito pela identidade de gênero requer a aceitação das múltiplas orientações sexuais e a conscientização sobre a interseccionalidade das identidades. Essencialmente, isto demanda a garantia de acesso a um espaço educacional que assegure dignidade e respeito a todos os indivíduos. A relevância do estudo sobre as relações sexuais e de gênero nas instituições de ensino é justificada pelos

desafios persistentes na busca pela igualdade. Neste contexto, destaca-se que, no século XXI, abordar a diversidade sexual transcende a questão da igualdade legal, demandando uma transformação substancial nas atitudes, percepções e nas estruturas sociais. O objetivo é cultivar um ambiente mais inclusivo e respeitoso para todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero, um tema que será explorado com maior profundidade no segmento subsequente.

3.1.2 Identidade de Gênero

Quando se aborda a perspectiva conceitual de gênero percebe-se sua estreita ligação com a construção nas relações sociais e seu significado. Assim, considera-se que se está muito além de uma ordem biológicas entre os sexos, mas aponta para compreensões ou mesmo idealizações do que se considera feminino e masculino numa dada cultura:

A concepção dos gêneros como se produzindo dentro de uma lógica dicotômica implica um pólo que se contrapõe a outro (portanto uma ideia singular de masculinidade e feminilidade), e isso supõe ignorar todos os outros sujeitos sociais que não se “enquadram em uma dessas formas. Romper a dicotomia poderá abalar o enraizado caráter heterossexual que estaria, na visão de muitos/as, presente no conceito de “gênero” (Louro, 1997, p. 34).

O conceito de gênero, conforme introduzido por pesquisadoras norte-americanas, utiliza a categoria "gender" para discutir as "origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres"³. Essa abordagem destaca gênero não apenas como uma expressão vinculada à construção dos corpos e a uma identidade pessoal, mas também como um elemento fundamental na estruturação de relações sociais e na organização societal. Tal perspectiva

³ O texto de Joan Scott intitulado “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” é a referência básica para esta concepção. Elizabeth de Souza Lobo foi quem o divulgou inicialmente no Brasil através de um texto apresentado na ANPOCS em 1987.

ressalta que gênero transcende as experiências individuais, influenciando profundamente a maneira como compreendemos e estruturamos nossas interações e a sociedade como um todo.

A identidade de gênero, por sua vez, diz respeito à auto-percepção e auto-identificação de uma pessoa em relação às categorias tradicionais de masculino e feminino. Este conceito desempenha um papel crucial na sociedade contemporânea, afetando diretamente a expressão pessoal, as relações interpessoais e a participação comunitária. Indivíduos constroem suas identidades com base nas definições sociais de feminino e masculino, as quais atuam como normas regulatórias e atribuem posições específicas dentro da hierarquia social do universo de gênero. Na contemporaneidade, a importância deste conceito é enfatizada pela sua centralidade na promoção da igualdade de gênero e na salvaguarda dos direitos humanos.

Neste estudo, a categoria de gênero é entendida como uma construção social que envolve atributos e funções que configuram diferenças e interações entre os sexos, indo além da dimensão biológica. Compreende-se que o gênero inclui a própria vivência subjetiva do corpo e as relações sociais entre os corpos, sendo atravessado por interseções existentes nas relações sociais, tais como a classe social, crenças, valores culturais, normas sociais, entre outros atravessamentos. Saffioti (2004, p.15) destaca que o conceito de gênero “deve ser capaz de abranger a trama das relações sociais, bem como as transformações históricas que ocorrem através dos mais diversos processos sociais, no qual as relações de gênero têm lugar”.

O gênero desempenha um papel fundamental na percepção e na organização da vida social. Em vez de se limitar a uma dicotomia estrita entre masculino e feminino, o gênero reconhece a complexidade das identidades humanas e como elas são moldadas por normas, papéis e expectativas sociais Scott (1995).

A concepção dos gêneros como se produzindo dentro de uma lógica dicotômica implica um pólo que se contrapõe a outro (portanto uma ideia singular de masculinidade e feminilidade), e isso supõe ignorar todos os outros sujeitos sociais que não se “enquadram em uma dessas formas. Romper a dicotomia poderá abalar o enraizado caráter heterossexual que estaria, na visão de muitos/as, presente no conceito de “gênero” (Louro, 1997, p. 34).

A percepção de gênero vai além da biologia, abrangendo a identidade de gênero (como uma pessoa se vê), a expressão de gênero (como uma pessoa se apresenta) e as normas de gênero (expectativas da sociedade sobre como as pessoas devem se comportar com base em seu gênero percebido) (Shamim et al., 2023). Scott (1990) propõe uma expansão do conceito de gênero para além das estruturas de parentesco, abarcando áreas como o mercado de trabalho, caracterizado pela segregação sexual; a educação, vista como uma instituição socialmente masculinizada; e o sistema político. Esta visão ampliada evidencia a multifacetada influência do gênero nas diversas esferas da vida social (Ade, 2021; Rather, 2022).

Em uma análise mais detalhada, Scott (1995, p. 86) articula a identidade de gênero em duas dimensões complementares. Primeiramente, gênero é entendido como um elemento constitutivo das relações sociais que emergem das diferenças percebidas entre os sexos. Em segundo lugar, gênero é interpretado como um meio de conferir significado às relações de poder. Essa conceitualização de gênero, portanto, oferece uma ferramenta analítica poderosa para a historiografia, permitindo a decodificação de significados e a compreensão das complexas interações humanas.

A contribuição de Scott estabelece um marco na análise histórica, posicionando a categoria de gênero como uma chave interpretativa essencial para explorar os modos pelos quais as diferenças sexuais são percebidas, vivenciadas e instrumentalizadas nas relações de poder. Tal abordagem não apenas amplia o entendimento das dinâmicas sociais e políticas, mas também ilumina as formas pelas quais o gênero permeia e molda as instituições e as práticas cotidianas.

De acordo com Haraway (1995), a categoria gênero é desenvolvida para desafiar a naturalização das diferenças sexuais, atuando em diversos campos. Essa concepção propõe uma reflexão sobre como os processos de construção e reconstrução das práticas sociais são

vivenciados por homens e mulheres, destacando a dinâmica das relações sociais (Bandeira & Oliveira, 1990). A aplicação do conceito de gênero levanta questões que exigem uma elaboração mais detalhada. Um ponto crucial é reconhecer que o conceito de gênero possui uma história própria, marcada pelo uso figurado de termos gramaticais para denotar características de gênero ou sexuais ao longo dos séculos (Scott, 1995). Saffioti (2004) argumenta que a categoria gênero deve abarcar a complexidade das relações sociais e as mudanças históricas decorrentes dos diversos processos sociais nos quais as relações de gênero se manifestam.

As categorias de gênero e sexualidade, conforme discutidas na literatura acadêmica, emergem como fenômenos sociais essenciais, cuja compreensão é indispensável nos contextos educacionais. Stoller (1978) aponta que cada indivíduo possui um núcleo de identidade de gênero, definido por um conjunto de crenças que determinam as percepções do que é considerado masculino ou feminino na sociedade. Almeida (2010) amplia essa discussão ao evidenciar como a intersecção entre cidadania, direitos humanos e políticas de identidade coloca a orientação sexual e a identidade de gênero no centro dos debates contemporâneos, apontando para as inerentes contradições presentes na sobreposição dessas agendas.

A análise da interação entre gênero e sexualidade sublinha sua relevância intrínseca aos processos educativos em ambientes escolares. Este estudo adota tal perspectiva teórica para investigar a dinâmica entre vulnerabilidades e sofrimento psíquico no contexto da diversidade sexual e de gênero, especialmente entre adolescentes em ambientes educacionais. A invisibilidade dessas categorias contribui não apenas para a perpetuação de desigualdades sociais, mas também afeta adversamente a saúde mental e o bem-estar dos estudantes, influenciando o desenvolvimento de suas identidades.

Em síntese, a noção de gênero é fundamental na construção da auto-percepção e na interação social, assim como na organização e estruturação das sociedades. Scott (1995) afirma que o conceito de gênero é um alicerce para a compreensão e a organização da vida social,

afetando diretamente as noções de poder, construção social e legitimação. Reconhecer e aceitar a diversidade de gênero constitui um passo crucial em direção a uma sociedade mais equitativa e inclusiva.

No Brasil, a Resolução nº 12, emitida pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT), delinea diretrizes essenciais para assegurar o acesso e a permanência de pessoas travestis e transexuais nas instituições educacionais. Em consonância com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), essa política confere à escola autoridade para implementar projetos e promover debates sobre gênero. Estas iniciativas são estruturadas em torno de três eixos fundamentais: a) o corpo como a base da sexualidade; b) as relações de gênero; e c) a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, incluindo a Aids, em âmbito nacional (Rosistolato, 2009, p. 11).

Apesar dos avanços significativos, desafios como a discriminação e o estigma ainda são prevalentes, o que aponta para a necessidade de educação continuada e de esforços de conscientização. Estes são essenciais para fomentar relações de aprendizagem em contextos educacionais que sejam inclusivos. Nessa direção, evidencia-se que a identidade de gênero ocupa uma posição central na sociedade contemporânea, bem como a construção dialógica do conhecimento e as relações sociais. Contribui, assim, para o estabelecimento de uma sociedade mais justa, diversificada e acolhedora para todos.

3.1.3 Escola Enquanto Instituição E Espaço De Formação Para A Vida: Uma Perspectiva Histórica E Social

Enquanto um ente institucional e social, a entidade escolar desempenhou um papel fundamental ao longo da história, evoluindo de várias formas. No entanto, por muito tempo ocupou um espaço de destaque no processo de formação dos indivíduos em suas radiadas

dimensões, podendo ser espaço de emancipação dos indivíduos RIBEIRO; MACIEL, (2020). Assim, este tópico abordará a instituição escolar e seus papéis ao longo da história, destacando mudanças em seu contexto e no processo educativo.

A emancipação dos indivíduos pode ser fomentada no espaço escolar, conforme destacado por Ribeiro e Maciel (2020). No entanto, de forma contraditória, esse mesmo espaço pode ser percebido como um local de dominação, especialmente quando permeado por ideologias patriarcais e discursos heteronormativos. Além disso, a escola pode se estabelecer como um centro de dominação, considerando sua capacidade de influência intelectual e os efeitos que exerce sobre os contextos sociais (Rodrigues, 2020).

Dinâmicas de opressão e exclusão emergem de relações marcadas por assimetria, sendo particularmente salientes nas esferas de gênero no contexto privado, onde a violência se manifesta como um fenômeno globalmente observado (Bourdieu, 1999; Smigay, 2000). Gadotti (1998) argumenta que a escola serve como um espaço de transmissão de conhecimento, mas não se restringe a ser o centro único dessa transmissão. Ela emerge como um local fértil para debates, discussões e conflitos, particularmente em torno das reivindicações dos setores populares.

Castro (1998) enfatiza a necessidade de um redirecionamento pedagógico em resposta às transformações contemporâneas. Ela defende currículos inovadores que não apenas fomentem o protagonismo discente e o cultivo de competências, habilidades, atitudes e valores desde a educação infantil até o ensino médio, mas também promovam o aprendizado autônomo e a compreensão das conexões interdisciplinares entre os conteúdos estudados (Referência, ano). Esta abordagem visa preparar os estudantes não só para absorver os conteúdos específicos das disciplinas, mas também para se adaptarem a um processo contínuo de aprendizagem e integração do conhecimento.

3.1.4 A Escola e seu percurso histórico

Para Foucault (1978), nenhum campo do conhecimento surge sem uma estrutura de comunicação, documentação e transferência, que constitui em si uma modalidade de poder, intrinsecamente vinculado a outras manifestações de poder tanto em sua existência quanto em sua operação. Inversamente, nenhuma forma de poder se manifesta sem o processo de coleta, posse, distribuição ou conservação de conhecimento. Neste contexto, não há separação entre conhecimento e sociedade, ou entre ciência e Estado, mas sim uma relação intrínseca e fundamental entre poder e saber (Foucault, 1978).

Qualquer discussão sobre o contexto educacional demanda o reconhecimento de relações de poder, da indissociável relação entre escola e seu contexto social, político, econômico e cultural. Desde seu surgimento na sociedade ocidental, a instituição escola desempenhou papel fundamental na estruturação social e na definição de normas e valores que permeiam até hoje a organização da sociedade (LOURO, 2010).

Historicamente, a escola foi concebida não apenas como um espaço de aprendizado acadêmico, mas também como um meio de segregação social, onde crianças eram separadas de adultos, estabelecendo desde cedo uma clara distinção entre os papéis que deveriam assumir na sociedade. Tal separação não se limitava apenas à faixa etária, mas também era marcada por distinções de gênero, onde meninos e meninas eram socializados de maneira diferente, refletindo e reforçando as normas e expectativas de gênero dominantes. Essa dinâmica contribuiu significativamente para a perpetuação de estereótipos de gênero, consolidando desigualdades de poder entre homens e mulheres.

Além da segregação baseada em idade e gênero, a escola também desempenhou um papel na ampliação das ideologias dominantes, funcionando como um instrumento de controle social. Através do currículo, das práticas pedagógicas e das interações sociais dentro do ambiente escolar, valores e crenças específicos eram promovidos, muitas vezes excluindo ou

marginalizando perspectivas alternativas (Magalhães, 2004). Por exemplo, a distinção entre católicos e protestantes no contexto escolar não apenas refletia as divisões religiosas existentes na sociedade, mas também as reforçava, promovendo uma homogeneização cultural que negligenciava a diversidade religiosa e cultural (SANTOS; DANIEL; LOPES NETO, 2011).

O papel da escola na reprodução de marcadores de gênero, especialmente com prejuízos para a mulher devido ao machismo, é um aspecto particularmente notável. As expectativas em relação ao comportamento, às áreas de estudo preferenciais e às futuras ocupações profissionais muitas vezes eram e, em alguns contextos, continuam sendo guiadas por noções preconcebidas de masculinidade e feminilidade. Isso não apenas limitava as oportunidades disponíveis para as mulheres, mas também restringia sua capacidade de desafiar as estruturas de poder existentes e buscar igualdade. A naturalização das desigualdades de gênero através da educação contribuiu para a manutenção de uma ordem social onde o machismo se perpetua, afetando adversamente as aspirações e realizações das mulheres.

A segregação educacional é um fenômeno histórico e estrutural que revela as profundas desigualdades presentes na sociedade. Leite, Ramalho e Carvalho (2019) discutem como a escola, uma instituição que deveria promover a igualdade de oportunidades, acaba por se apresentar de maneira diferenciada para ricos e pobres, reforçando as disparidades socioeconômicas existentes. Esse processo de segregação não se limita apenas ao acesso à educação, mas também se manifesta internamente, através de práticas e mecanismos que perpetuam a hierarquização entre os estudantes. Tais práticas incluem, mas não se limitam a, currículos diferenciados, recursos educacionais variados e até o tratamento desigual por parte dos educadores.

Sant'Ana, Suanno e Castro (2019), assim como Ribeiro e Maciel (2020), expandem essa análise ao destacar que a escola, ao longo da história, não apenas separou os que tinham acesso à educação daqueles que não tinham, mas também criou divisões internas entre os próprios

estudantes. Essas divisões são reforçadas por múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento e hierarquização, que vão desde avaliações até práticas disciplinares. Tais mecanismos não só refletem as desigualdades socioeconômicas da sociedade mais ampla, mas também as reproduzem e intensificam dentro do ambiente escolar, perpetuando um ciclo de exclusão e desvantagem.

A história da educação constitui um eixo fundamental para a compreensão das múltiplas dimensões que compõem o cenário educacional (Ragazzini, 1999). Este campo abrangente não se limita apenas ao estudo da evolução das escolas, mas engloba também as ideias pedagógicas, a história da pedagogia, a cultura escolar, a legislação educacional, e as instituições escolares, entre outros aspectos. Tal abordagem permite uma análise profunda dos fenômenos educacionais, situando-os dentro de um contexto histórico que revela como as práticas, as políticas e as teorias educacionais se desenvolveram e se influenciaram mutuamente ao longo do tempo. Entender a educação sob essa perspectiva histórica é essencial para desvendar os processos que moldaram as práticas educativas contemporâneas, bem como para identificar as raízes de desafios atuais do campo educacional.

A este respeito, Sanfelice (2007) e Araujo (2007) destacam a interconexão entre as instituições educacionais e o contexto social, político, cultural, econômico e educacional mais amplo. As instituições de ensino, segundo esses autores, não podem ser vistas como entidades isoladas ou autônomas; ao contrário, elas são parte integrante de uma teia complexa de relações sociais e históricas.

A análise das instituições educacionais dentro de um quadro mais amplo aponta para reconhecimento de como elas são influenciadas por - e simultaneamente influenciam - a sociedade em que estão inseridas. Para Foucault (2003), a educação é concebida como o conjunto de ferramentas que molda o sujeito dentro do espaço social, uma vez que este é entendido como uma construção histórica. Neste contexto, nem o/a aluno/a nem o/a professor/a

estão isentos/as das circunstâncias históricas que os circundam; ambos são influenciados por um processo de subjetivação, tornando-se sujeitos distintos em contínua construção. Essa concepção enfatiza a educação como um meio através do qual os indivíduos são formados e reformados, refletindo e ao mesmo tempo contribuindo para as dinâmicas sociais e históricas em que estão imersos.

Quero dizer que em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso (Foucault, 2003, p. 179).

Este entendimento é crucial para a formulação de políticas educacionais e práticas pedagógicas que sejam verdadeiramente responsivas às necessidades da sociedade e que promovam uma educação que seja tanto reflexiva quanto transformadora. Assim, o estudo da história da educação constitui uma ferramenta valiosa para a compreensão e aprimoramento da educação em todas as suas dimensões (Ragazzini, Sanfelice, & Araujo, 1999).

A Constituição de 1988, promulgada no contexto de redemocratização do Brasil, estabeleceu as bases para uma série de transformações significativas no campo educacional, visando a promoção da igualdade, da liberdade e da participação democrática na gestão escolar. Este marco legal reconheceu a educação como um direito de todos e um dever do Estado, enfatizando a importância da gestão democrática do ensino público, conforme delineado em seus artigos relacionados à educação.

Este marco constitucional sinalizou um compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual a educação desempenha um papel central na formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. Neste sentido, a democratização da escola tornou-se um objetivo estratégico para alcançar uma maior equidade social, implicando na necessidade de reformas que promovessem a participação ativa de todos os segmentos da

comunidade escolar - incluindo estudantes, professores e professora e toda a comunidade escolar - nas decisões que afetam o cotidiano educacional (Borba, Sales, & Silva, 2022).

Não obstante, desde a Constituição brasileira, as mudanças no contexto educacional têm ocorrido lentamente, marcado por avanços e retrocessos em razão de interesses políticos, econômicos e pautas morais (Almeida, 1991). A transformação da visão e prática da democratização escolar em realidade requer mais do que apenas a garantia legal; demanda mudanças culturais, estruturais e práticas que permeiam todos os níveis do sistema educacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96, estabeleceu um marco regulatório para a educação brasileira, definindo os princípios e as bases sobre os quais o sistema educacional do país deve se organizar. A amplitude dessa lei refletiu a complexidade e a diversidade dos processos formativos que existam em diferentes contextos da sociedade brasileira, indo além das fronteiras tradicionais das instituições de ensino. Ao reconhecer que a educação se desenvolve na vida familiar, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, e nas diversas manifestações culturais e sociais, a LDB amplia o conceito de educação, integrando-a de forma mais explícita ao tecido social e cultural do país (Almeida, 1991).

O artigo 2º da LDB reitera que a educação é um dever da família e do Estado, destacando sua função na promoção do desenvolvimento integral do indivíduo, na preparação para o exercício da cidadania e na qualificação para o trabalho. Por sua vez, o artigo 3º especifica os princípios que devem nortear o ensino, entre eles a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a liberdade de aprender e ensinar, o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, o respeito à liberdade com apreço à tolerância, e a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. Neste sentido, a escola pode ser vista, portanto, como um espaço, não somente físico, mas também psicológico, social e cultural, onde os indivíduos processam seu desenvolvimento global, que acontece por meio de atividades programadas e realizadas em sala de aula e fora dela (Vasconcellos, 2000)

A vinculação da educação ao mundo do trabalho e às práticas sociais, como preconizado pela LDB, reforça a necessidade de uma educação que seja relevante e significativa para os estudantes, preparando-os não apenas para o mercado de trabalho, mas também para uma participação ativa e crítica na sociedade. Este enfoque demanda uma constante atualização e adaptação das práticas pedagógicas e dos currículos escolares, de modo a refletir as mudanças sociais, tecnológicas e econômicas e, ao mesmo tempo, promover valores de justiça social, igualdade e respeito à diversidade.

A escola não pode ser um espaço de reprodução de desigualdades e discriminações sociais, mas deve operar no enfrentamento e resistência contra essas práticas (Almeida, 2019; Carvalho; Ximenes, 2022). Nesse sentido, a instituição escola pode atuar como agente transformador na medida em que cria espaços para o reconhecimento das diferenças e para o protagonismo de sujeitos sociais silenciados.

Ao longo das décadas, ocorreram diversas mudanças que contribuíram para a diminuição de dispositivos que legitimavam a segregação social, o preconceito e a exclusão social no contexto educacional e escolar (Carvalho & Ximenes, 2022). Entre essas medidas, destaca-se a implementação das políticas de cotas nas universidades públicas, estabelecidas pela Lei nº 12.711 de 2012.

Esta lei obriga universidades e institutos federais a reservar parte de suas vagas para estudantes de escolas públicas, incluindo cotas específicas para alunos pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, visando reduzir as barreiras históricas que limitam o acesso desses grupos ao ensino superior. Outra mudança significativa foi a promulgação das leis nº 10.639, de 2003, e nº 11.645, de 2008, que alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo escolar. Essas leis buscam promover o respeito pela diversidade cultural e combater o preconceito racial, contribuindo para um ambiente educacional mais inclusivo e

representativo da diversidade cultural e histórica do Brasil. Ambas as medidas representam passos importantes na direção de um sistema educacional que valoriza a diversidade e combate a exclusão e a segregação.

Na contemporaneidade, a escola possui papel fundamental na promoção diversidade sexual, de gênero, de classe, entres outros marcadores sociais, o que colabora para um contexto complexo de socialização e multideterminado (Cegolon, 2022; Bonfim & Mesquita, 2020). Ademais, o contexto escolar tem se constituído como espaço que, além do ensino de conteúdo, oportuniza múltiplas aprendizagens favorecendo cada vez mais a construção do respeito às diferenças em todas as dimensões da vida humana.

3.1.5 O papel da escola no contexto da diversidade sexual e identidade de gênero

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/96, é um marco na legislação educacional brasileira, estabelecendo as diretrizes gerais para a educação no país após a promulgação da Constituição Federal de 1988. A LDB representa um esforço para modernizar, democratizar e melhorar a qualidade da educação brasileira, enfatizando a autonomia das instituições de ensino na elaboração de suas propostas pedagógicas, ao mesmo tempo em que as alinha às normas nacionais e aos sistemas educacionais aos quais pertencem.

Por sua vez, os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1998) defendem que a escola deve facilitar o acolhimento e o debate de diversas questões, destacando-se entre elas a diversidade sexual e a identidade de gênero. A implementação de políticas educacionais que reconhecem e valorizam a diversidade sexual e de gênero, bem como a inclusão de conteúdos curriculares que abordem essas temáticas de maneira respeitosa e informativa, são essenciais para a construção de ambientes escolares seguros e acolhedores para todos os estudantes, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Como instituição social, a escola é incumbida de fomentar debates e reflexões capazes

de promover uma mudança positiva nas atitudes dos envolvidos, enfatizando uma educação fundamentada no respeito às diferenças e contrária a qualquer forma de exclusão, sexismo, homofobia, discriminação e preconceito. Segundo Barbosa, Lima e Silva (2021), é crucial que a escola atue na mediação dos processos que envolvem o reconhecimento da alteridade e a superação dos mecanismos de exclusão, adotando práticas educativas que privilegiem a inclusão e o respeito mútuo, garantindo assim, um ambiente de aprendizado que valorize a diversidade e promova a igualdade.

O projeto educativo deve ser uma manifestação das concepções de mundo, educação e ensino adotadas pela escola, visando cumprir sua função social (Freire, 1996; Pimenta, 1995; Veiga, 1995). No entanto, diante das distintas concepções, valores e crenças sobre diversidade sexual e identidade de gênero, é crucial que a escola adote uma postura de respeito às diferenças manifestadas por estudantes, suas famílias e a comunidade escolar como um todo. Essa necessidade se torna urgente quando se observa que as diferenças não são apenas reconhecidas, mas também hierarquizadas, levando a processos de exclusão (Ribeiro, 2020).

Almeida (2009) salienta a importância de se ver o ambiente educacional como um espaço propício para que os/as estudantes (re)construam seu conhecimento, enfrentando preconceitos e discriminações. Nesse contexto, os Parâmetros Curriculares Nacionais conferem aos docentes papel fundamental na abordagem dessas questões.

Para o PCN a postura do educador no trabalho de educação sexual é o de que é necessário refletir os valores democráticos e pluralistas, buscando, nas práticas, a equidade de gênero e a dignidade da pessoa humana. Trabalhar com o tema da sexualidade de modo a garantir o respeito à opinião de cada aluno, a participação de todos e a não discriminação das pessoas também é um desafio apontado à prática dos professores (GESSER ET. AL., 2012, p. 231)

As discussões sobre gênero e sexualidade estão cada vez mais tomando espaço dentro das pesquisas sobre educação, uma vez que se considera que a invisibilidade dessas categorias pode perpetuar desigualdades sociais e estigmas. A vivência de situações de

preconceitos em razão de orientação sexual e/ou identidade de gênero repercute na saúde mental e no bem-estar dos sujeitos, bem como o desenvolvimento cognitivo e das suas relações, causando sobretudo sofrimentos psíquicos. Contudo, o fazer educacional, muitas vezes, não está estruturado pedagogicamente ou de maneira sistêmica para lidar adequadamente com estas questões, o que pode colaborar para situações de vulnerabilidades e de sofrimento psíquico em adolescentes e jovens.

A Constituição Federativa do Brasil aborda, de forma explícita, a problemática de preconceitos e discriminações baseadas em origem, raça, sexo, cor, idade, além de proibir "quaisquer outras formas de discriminação". Formas de discriminação como o sexismo, a misoginia e a LGBTQIA+fobia são atualmente reconhecidas e bem compreendidas nos âmbitos acadêmico, jurídico e de políticas públicas. Observa-se a presença de processos discriminatórios e violentos no contexto escolar, os quais acarretam marcas de sofrimentos simbólicos em uma dimensão significativa, ressaltando a necessidade de superar paradigmas por meio de políticas educacionais.

Ressalta-se também a importância da resolução homologada pelo Conselho Nacional de Educação, em janeiro de 2018, que permite o uso do nome social por travestis e transexuais nos registros escolares da educação básica. Tal medida possibilita que pessoas trans maiores de 18 anos solicitem a matrícula nas instituições de ensino sob o nome ao qual se identificam, independente do registro civil. Para estudantes menores de idade, a solicitação deve ser feita por seus representantes legais. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), é direito de crianças e adolescentes viverem livre de preconceito, discriminação e exposição a situações vexatórias, sendo dever da sociedade assegurar esses direitos em colaboração.

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014 com vigência até 2024, embora não mencione diretamente questões de gênero e sexualidade, destaca a necessidade de combater todas as formas de discriminação. Nesse contexto, o Supremo Tribunal Federal (STF)

equiparou os crimes de LGBTQIA+fobia aos crimes de racismo, mediante alteração da Lei Caó, nº 7716/1989. Dessa forma, a LGBTQIA+fobia constitui-se como um crime sujeito às penalidades previstas em lei, reforçando o compromisso legal e social com a erradicação de formas de discriminação e violência.

Quando se aborda de maneira específica questões relacionadas à sexualidade e à diversidade sexual nas escolas, promove-se a educação para a cidadania. Tal abordagem envolve não apenas o fornecimento de informações sobre biologia e saúde sexual, mas também a promoção do entendimento, da empatia e do respeito pelas diferentes orientações sexuais e identidades de gênero. Ao criar um ambiente inclusivo, no qual todos os estudantes se sintam seguros e valorizados, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero, contribui-se não somente para o fortalecimento do respeito mútuo entre os estudantes, mas também para a preparação dos jovens para serem cidadãos mais tolerantes e conscientes em uma sociedade diversificada.

Ao abordar o gênero como categoria de investigação, refuta-se os lugares previamente definidos para as dicotomias entre masculino e feminino, além de possibilitar a reconstrução dos significados dos corpos, desejos e prazeres (SCOTT, 1995). De acordo com Deborah Britzman (1999), no âmbito educacional, torna-se imperativo produzir a capacidade de desestabilizar o conhecimento em prol da liberdade. Sob esta ótica, a sexualidade, a educação sexual e a diversidade sexual são concebidas como práticas de liberdade, exercendo influência direta na formação da cidadania e no cultivo do respeito dentro da sociedade.

Este compromisso com a diversidade e a inclusão não apenas atende aos princípios de equidade e justiça social, mas também prepara os jovens para viverem em uma sociedade cada vez mais plural e diversificada, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes, empáticos e respeitosos (Butler, 1990). A discussão sobre o sujeito na educação não se limita apenas às características e circunstâncias individuais do estudante, mas se estende

significativamente ao professor, destacando a interação recíproca entre ambos nos espaços educativos.

3.1.6 No Contexto Escolar E Diversidade Sexual E Identidade De Gênero

A literatura aponta que, no contexto escolar, são diversas as situações de preconceito, exclusão e sofrimento psíquico que decorrem em razão de questões relacionadas à diversidade sexual e identidade de gênero. Por isso, este estudo pauta-se na Teoria da Vulnerabilidade a partir do quadro dos Direitos Humanos, conforme delineado por Ayres (2012), uma vez que oferece um arcabouço para a análise de fenômenos complexos e de múltiplas determinações, especialmente no ambiente escolar.

Conceitualmente, a vulnerabilidade refere-se à exposição das pessoas a doenças, sofrimento e/ou morte, decorrente de uma série de fatores que não se restringem ao âmbito individual, estando também vinculados ao coletivo, aos contextos sociais e às condições de vida (Ayres, Paiva e França Jr, 2012). Tal conceito é entendido como uma construção social, inseparável do contexto em que se manifesta (Paiva & Zucchi, 2012). Importante ressaltar que a vulnerabilidade distingue-se do conceito de risco, tradicionalmente utilizado pela Epidemiologia Clássica.

Enquanto o risco relaciona-se à probabilidade de exposição a um agente externo, a vulnerabilidade abrange uma gama mais vasta de fatores sociais, econômicos e culturais que impactam a saúde e o bem-estar das pessoas (Ayres et al., 1997). Portanto, a vulnerabilidade é percebida como um fenômeno que vai além do individual, emergindo da exposição a certos tipos de sofrimento e/ou doenças influenciadas por variados fatores, como gênero, raça, orientação sexual e condição socioeconômica (Paiva e Zucchi, 2012).

A análise da vulnerabilidade requer a avaliação de três dimensões interligadas: individual, social e programática. No que tange à dimensão individual, esta reconhece os

sujeitos como portadores de direitos, sendo sua vulnerabilidade moldada pelas interações intersubjetivas e pelas condições cotidianas da vida. Nessa perspectiva, este estudo procura discorrer, a partir da perspectiva de estudantes adolescentes, sobre suas vivências e percepções em relação ao fenômeno da diversidade sexual e da identidade de gênero. Esse entendimento destaca a importância do papel das escolas no acolhimento e proteção da população LGBTQIA+, promovendo o respeito à diversidade e enfrentando o preconceito (Ayres et al., 2012).

A dimensão social da vulnerabilidade considera os contextos que exacerbam as vulnerabilidades individuais, incluindo aspectos econômicos, de gênero e raça (Ayres, 2001). Por exemplo, as relações sociais positivas podem melhorar as condições de saúde e a permanência da população LGBTQIA+ nas escolas, enquanto sua ausência ou insuficiência pode resultar evasão. Ademais, essas relações também são perpassadas e variam em função da raça, classe social, acesso a bens materiais e simbólicos. Loureiro, Santana e Costa (2016) discutiram como a falta de redes de apoio contribui para o sofrimento psíquico, um fator que se faz presente em vários contextos sociais, incluindo o escolar, impactando negativamente os estudantes LGBTQIA+.

O componente institucional ou programático da vulnerabilidade abarca as dimensões social e individual da vulnerabilidade, abordando o nível e a qualidade do envolvimento de instituições e governos. A experiência dos indivíduos em relação a suscetibilidades ao sofrimento, preconceitos e violências, decorrente de sua orientação sexual e identidade de gênero, está intrinsecamente ligada às políticas públicas e aos investimentos governamentais. Tais políticas e investimentos são cruciais para o combate ao preconceito, a proteção de vítimas, e o desenvolvimento de programas nacionais, regionais ou locais focados na prevenção e no cuidado.

O componente programático sugere posicionar as dimensões educativas além do caráter normativo e centrado no objeto, instigando a articulação entre as intervenções e as ações programáticas, e, sobretudo, a reconsideração do cuidado como um encontro entre sujeitos. Nesse contexto, torna-se crucial considerar elementos institucionais que se relacionam ou podem ser relacionados aos processos de sofrimento psíquico (Ayres, França Jr., Calazans e Saletti Filho, 2003, p. 127).

A partir desta perspectiva, considera-se que as políticas públicas e as instituições educacionais desempenham papéis cruciais nos aspectos que configuram a vulnerabilidade programática de estudantes adolescentes. Essa dimensão abrange a capacidade das políticas e da escola de prover ou restringir acesso aos recursos essenciais para o desenvolvimento humano dos diferentes grupos sociais, o que influencia a vulnerabilidade de indivíduos e comunidades, especialmente no que tange à diversidade sexual e à identidade de gênero.

A escola, mais do que uma instituição de ensino, emerge como um espaço vital para o reconhecimento e a promoção da diversidade sexual e de gênero, refletindo diretamente na construção da identidade dos estudantes e na sua percepção de inclusão ou exclusão social. O papel da escola, portanto, estende-se além da educação formal, engajando-se ativamente na formação social e no desenvolvimento emocional dos alunos.

Ao se considerar os estudantes como sujeitos ativos nesse processo, torna-se imperativo analisar a escola sob a ótica das experiências vivenciadas por eles, especialmente aqueles que pertencem a grupos sociais vulneráveis. Isso implica uma reflexão sobre como as políticas implementadas e as práticas pedagógicas adotadas afetam sua vivência escolar, sua autoestima e seu bem-estar psicológico.

A análise deve focar não apenas em como a escola se posiciona frente à diversidade sexual e identidade de gênero, mas também em como essas posturas impactam diretamente os estudantes, influenciando sua capacidade de acesso a oportunidades iguais de desenvolvimento,

proteção contra discriminação e violência, e promoção de um ambiente inclusivo que respeite e celebre as diferenças. A perspectiva teórica da vulnerabilidade sublinha a importância de recursos disponíveis para a proteção em contextos de adoecimento, morte, sofrimento psíquico, entre outros, permitindo que as diversas situações de vulnerabilidade, quer sejam individuais ou coletivas, sejam examinadas através de seus componentes interconectados (Ayres et al., 2009).

No contexto escolar, espera-se um ambiente inclusivo; no entanto, práticas discriminatórias, violência e LGBTfobia persistem, marcando um contraste com este ideal (Ribeiro, 2020). Tais atitudes contribuem significativamente para a vulnerabilidade de estudantes LGBTQIA+ ao sofrimento psíquico, resultando em consequências como baixa autoestima, ansiedade, depressão e isolamento social. Este panorama evidencia a necessidade de ações estratégicas para mitigar a discriminação e promover um ambiente escolar verdadeiramente acolhedor.

Benevides (2020) e Nogueira (2021), por meio de pesquisas disponíveis na Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), destacam uma preocupante realidade no Brasil, posicionando o país como líder mundial em homicídios de pessoas transexuais. Conforme os dados apresentados, a nação registra o maior índice de assassinatos desse grupo, com uma frequência alarmante de um homicídio a cada 48 horas. No ano de 2020, foram contabilizados 184 assassinatos, sendo que 175 destes foram perpetrados contra indivíduos que expressavam o gênero feminino.

A análise destes dados suscita uma reflexão crítica sobre os desafios persistentes enfrentados pela comunidade transexual no Brasil, especialmente em relação à segurança e igualdade de direitos. Urge a necessidade de implementar estratégias eficazes para promover contextos de vida que sejam seguros e pautados na equidade de direitos para pessoas

transexuais. Por isso, a perspectiva teórica da vulnerabilidade é indissociável de uma análise dos direitos humanos (Ayres, Paiva, e França Jr, 2012).

A compreensão da vulnerabilidade é crucial para o entendimento dos direitos humanos, pois ela facilita a identificação de grupos populacionais particularmente propensos a violações desses direitos (Ayres, Paiva, e França Jr, 2012). Nesse sentido, promover a igualdade, assim como a diversidade sexual e de gênero, demanda iniciativas focadas na diminuição da vulnerabilidade das pessoas. Tais ações visam não apenas assegurar seus direitos, mas também ampliar sua capacidade de resistência, proteção e engajamento social (Ayres et al., 2003).

Em conclusão, a abordagem das vulnerabilidades no contexto escolar relacionadas à diversidade sexual e identidade de gênero emerge como uma questão premente, demandando atenção e ação imediata. Em face a complexidade de tais fenômenos, é imperativo que as políticas educacionais se adaptem e evoluam, garantindo um ambiente escolar inclusivo e seguro para todos.

4 MÉTODO

O método científico é uma ferramenta fundamental e específica para diferenciar as mais diversas obras do saber científico. Importante salientar que nem toda obra que busca cuidar o emprego do método científico pode ser identificada como ciência (Marconi & Lakatos, 2007). Marconi e Lakatos (2007, p.83) ainda concluem “que a utilização de métodos científicos não é da alçada exclusiva da ciência, mas não há ciência sem o emprego de métodos científicos”.

A pesquisa metodológica refere-se ao tipo de pesquisa voltada para a inquirição de métodos e procedimentos adotados como científicos. "Faz parte da pesquisa metodológica o estudo dos paradigmas, as crises da ciência, os métodos e as técnicas dominantes da produção científica" (Demo, 1994, p. 37). A pesquisa metodológica está associada aos caminhos, formas, maneiras e procedimentos utilizados para atingir determinado fim (Vergara, 2007).

4.1 Tipo De Estudo

Esta pesquisa se caracterizou como estudo transversal, descritivo e exploratório, de natureza aplicada e com abordagem qualitativa (Gil, 2002). Nessa direção, ressalta-se que a pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (Triviños, 1987). Por sua vez, a pesquisa exploratória proporciona ao pesquisador obter maiores informações sobre determinado assunto, facilitando a delimitação do tema de trabalho e a definição dos objetivos, e ainda, provoca a formulação das hipóteses da pesquisa, as quais a investigação pode resultar na descoberta de um novo tipo de enfoque para o trabalho que se tem em mente (Andrade, 1999).

A pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a ele conferem (Denzin & Lincoln,

2006). Assim, na perspectiva qualitativa, o ambiente natural é a fonte direta de dados e o pesquisador, o principal instrumento, sendo que os dados coletados são predominantemente descritivos (Creswel, 2007). Bryman (1992) considerou que uma estratégia de pesquisa qualitativa é mais indicada para a análise de fenômenos sociais, e, portanto, mais alinhada às Ciências Sociais, pois possibilita ao pesquisador estar mais próximo à realidade das pessoas participantes da pesquisa.

4.2 Local Da Pesquisa

A pesquisa foi conduzida em uma instituição da rede pública estadual de ensino, especificamente em uma escola do modelo Cidadã Integral, que atende aos níveis de ensino Fundamental e Médio, localizada na cidade de Campina Grande, no estado da Paraíba. Esta escola está sob a jurisdição da Secretaria de Educação do Estado e vinculada à Terceira Regional de Ensino.

4.3 Participantes

A seleção dos participantes para compor a amostra aconteceu de forma não probabilística e acidental. Para compor a amostra, foram considerados os seguintes critérios de inclusão: ter idade entre 15 e 18 anos, ser estudante regularmente matriculado/a e está presente na escola no momento da coleta de dados, está cursando o ensino médio e ter a anuência do responsável para a participação na pesquisa. Por sua vez, como critérios de exclusão, não participou do estudo aqueles estudantes ausentes no momento da coleta de dados ou em razão de alguma outra falta justificada.

A estimativa do tamanho da amostra foi determinada pelo critério de saturação das entrevistas. Mediante critérios supracitados, o estudo contou com a participação de 13 adolescentes com idades entre 15 e 18 anos, regularmente matriculados no ensino médio.

4.4 Instrumentos

Para a coleta de dados foram utilizadas as Entrevista semiestruturada, que possibilitaram, além da produção de conteúdo, a obtenção de dados referentes a ideias, percepções, opiniões, maneiras de pensar e sentir, afetos, expectativas, valores, normas e símbolos (Minayo,1999). O roteiro de entrevista foi composto por questões norteadoras e tendo como base os objetivos do estudo, bem como um questionário sociodemográfico, que permitiu a compreensão da caracterização da amostra quanto ao sexo, à idade, à escolaridade.

4.5 Procedimentos

A submissão inicial do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) foi realizada. Seguindo a autorização do CEP para proceder com a pesquisa em campo, estabeleceu-se contato com a Secretaria de Educação do Estado da Paraíba e com a escola em Campina Grande, local selecionado para a pesquisa, a fim de criar o vínculo inicial necessário ao desenvolvimento do estudo. Durante essa interação, os objetivos do estudo foram apresentados e negociou-se os dias e horários mais adequados para a coleta de dados, levando em consideração a rotina escolar.

Para a aplicação dos instrumentos de pesquisa, os adolescentes foram abordados individualmente em um local reservado pela escola, onde foram consultados sobre sua participação voluntária no estudo. Antes de iniciar a coleta de dados, os participantes receberam informações detalhadas sobre os objetivos da pesquisa, enfatizando-se a confidencialidade das informações coletadas. Instruções foram dadas para que não se identificassem durante as entrevistas, as quais foram gravadas e transcritas com autorização prévia dos participantes. A coleta de dados ocorreu individualmente, com o pesquisador disponível continuamente para esclarecer dúvidas e auxiliar na compreensão das informações. Antes da aplicação dos

instrumentos, os esclarecimentos éticos foram fornecidos, e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi assinado pelos participantes.

4.6 Análise Dos Dados

Os dados obtidos a partir do questionário sociodemográfico foram submetidos à análise estatística descritiva, enfocando as frequências. Em paralelo, as respostas obtidas nas entrevistas foram analisadas utilizando a técnica de análise de conteúdo temática, conforme delineado por Bardin (2011).

A técnica de análise de conteúdo temática, caracteriza-se por um processo sistemático de interpretação de textos e comunicações cujo objetivo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destes textos. Essa abordagem permite ao pesquisador desvelar os significados contidos em um conjunto de dados textuais, organizando-os em categorias temáticas que emergem do próprio material analisado (Bardin, 2011). A análise temática se destaca pela sua flexibilidade e adaptabilidade a diversos campos de estudo, sendo particularmente útil em pesquisas qualitativas que buscam compreender as percepções, sentimentos e ideias dos indivíduos.

O processo inicia-se com a pré-análise, onde o material é sistematizado e as ideias iniciais são organizadas. Segue-se a exploração do material, fase em que os dados são codificados e categorizados. A identificação de temas relevantes ocorre por meio da imersão do pesquisador no conteúdo, permitindo que padrões, ideias e conceitos sejam agrupados em temas significativos. Bardin (2011) enfatiza a importância da objetividade e sistematização na análise, sugerindo que a interpretação dos temas deve ser feita de maneira que reflita fielmente o conteúdo analisado, sem distorções introduzidas pelo analista. Esta metodologia é amplamente reconhecida por sua capacidade de proporcionar insights profundos sobre o

material estudado, facilitando a compreensão de complexidades inerentes aos textos e discursos.

4.7 Aspectos Éticos

Durante a realização desta pesquisa, foram rigorosamente seguidas todas as diretrizes éticas para estudos envolvendo seres humanos, conforme estabelecido pela Resolução 466/2012. Aos responsáveis legais dos participantes adolescentes, menores de idade, foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), visando obter sua permissão para a participação dos adolescentes no estudo. Adicionalmente, foi providenciado aos adolescentes menores de 18 anos o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), redigido em linguagem acessível, com o objetivo de solicitar sua concordância em participar da pesquisa, ressaltando-se que isso não dispensa o consentimento de seus responsáveis legais. É importante enfatizar que a participação dos estudantes foi estritamente voluntária, e que a possibilidade de desistência em qualquer momento da pesquisa não implicaria em quaisquer consequências negativas para os participantes ou para a instituição escolar.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Participaram do estudo 13 estudantes do ensino médio, de uma escola pública, como idades variando entre 15 a 18 anos. A maioria é do sexo feminino e se autodeclararam preto/pardo e heterossexual. Esses e outros dados sociodemográficos podem ser observados abaixo.

Tabela 1. *Caracterização sociodemográfica dos participantes (n=13).*

Variáveis	n
Gênero	
Masculino Cisgênero	05
Feminino Cisgênero	08
Religião	
Católico	08
Evangélico	03
Espírita	02
Raça	
Branca	05
Preta	04
Parda	04
Renda familiar	
Até 01 salário mínimo	08
Entre 1 e 2 salários mínimos	03
Acima de 3 salários mínimos	02
Orientação sexual	
Heterossexual	07
Homossexual	02
Pansexual	01
Bissexual	02
Outros	01
Identidade de Gênero	
Homem Cis	03
Mulher Sis	09
Outros	01

Com relação a identidade de gênero e a sexualidade dos participantes, os estudantes se denominaram a partir de identidades masculinas e femininas cisgêneras. Não obstante, o contexto escolar é um espaço múltiplo a existência de outros perfis, como: mulheres e homens trans, além de indivíduos não binários. Ademais, na amostra foi observada uma diversidade religiosa, desde cristãos (católicos e evangélicos de diferentes vertentes, inclusive espíritas kardecistas), passando por adeptos de religiões afro-brasileiras (umbanda), ateus e agnósticos.

Cabe ressaltar que os estudantes participantes da pesquisa são, em sua maioria, moradores de bairros periféricos da cidade de Campina Grande, na Paraíba, Brasil. Outros residem em contextos rurais próximos à cidade. No que diz respeito à questão econômica, os participantes são provenientes de famílias de classe média e baixa, onde pudemos identificar um número considerável de estudantes em situação de vulnerabilidade social. No contexto familiar, seus pais e responsáveis apresentam ocupação como profissionais liberais, trabalhadores assalariados, pequenos empresários e alguns encontram-se desempregados. Os dados sociodemográficos podem ser observados na tabela abaixo.

No que se refere aos dados empíricos qualitativos, a análise de conteúdo das entrevistas, a partir do procedimento de análise do tipo categorial temático (Bardin, 2011), evidenciou um total de três categorias principais e oito subcategorias, abarcando 156 unidades de conteúdo. Esta análise se debruçou sobre temas relacionados à diversidade sexual e identidade de gênero, bem como o papel da escola no contexto dessas discussões. As categorias temáticas e suas respectivas subcategorias podem ser observados no quadro 1.

Quadro 1. Percentual das categorias temáticas e distribuição das unidades de conteúdo por subcategorias.

Categorias	Subcategorias	Unidades de Conteúdo (f)	Percentual por categoria
Diversidade sexual	Concepções sobre orientação sexual	10	20.51%
	Concepções sobre diversidade sexual	11	
Identidade de gênero	Concepções sobre gênero	09	12.18%
	Concepções sobre identidade de gênero	10	
A escola no contexto da diversidade sexual e da identidade de gênero	Espaço de escuta e acolhimento	21	67.31%
	Espaço de silenciamento e exclusão	24	
	Vulnerabilidades e sofrimento psíquico	09	
	Ações de promoção/inclusão	62	
TOTAL		100	100%

Na categoria Diversidade Sexual, foram identificadas duas subcategorias: "Concepções sobre orientação sexual" e "Concepções sobre diversidade sexual", representando 20.51% do total analisado. Já a categoria Identidade de Gênero contou com duas subcategorias: "Concepções sobre gênero" e "Concepções sobre identidade de gênero", correspondendo a 12.18% do conjunto das unidades analisadas.

A terceira categoria, A Escola no Contexto da Diversidade Sexual e Identidade de Gênero, foi a que mais agregou unidades de conteúdo, com 116 unidades, representando 67.31% do total. Esta categoria foi subdividida em quatro subcategorias: "Espaço de escuta e acolhimento", "Espaço de silenciamento e exclusão", "Vulnerabilidades e sofrimento psíquico" e "Ações de promoção/inclusão".

A partir da análise de conteúdo do tipo temática foi possível a identificar as percepções e experiências de diversidade sexual e identidade de gênero dentro do contexto escolar na

perspectiva dos adolescentes estudantes. Os relatos dos participantes refletiram tanto os desafios enfrentados quanto as iniciativas de apoio. Contudo, fica evidente as diversas situações de silenciamento, preconceito e inclusão que ainda existentes, demonstrando a complexidade e a relevância destas questões nas escolas, conforme relatos dos adolescentes a seguir.

CATEGORIA 1: DIVERSIDADE SEXUAL

A categoria Diversidade Sexual abrangeu relatos que versaram sobre um espectro amplo de orientações sexuais e identidades, refletindo a complexidade e a variação nas formas como os participantes compreendem os processos de orientação sexual e suas relações com a identidade de gênero. As unidades de conteúdo foram distribuídas em duas subcategorias principais, conforme a contratilidade os temas, ilustrando a diversidade de percepções e experiências relacionadas à sexualidade.

Concepções sobre Orientação Sexual

Esta subcategoria explora como os indivíduos definem e compreendem a orientação sexual, abrangendo a atração sexual, afetiva, e as relações interpessoais que se estabelecem com base nessas atrações. A orientação sexual é vista como uma dimensão da vida que inclui, mas não se limita a, heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade, e outras formas de atração que não se enquadram em categorias definidas pelo aspecto biológico. Os participantes destacam a orientação sexual como uma parte intrínseca da identidade individual, enfatizando aspectos relativos à atração sexual, ao prazer, ao amor e às relações humanas.

"Orientação sexual é por quem a pessoa se sente atraída, exemplo: eu sou uma mulher que sinto atração sexualmente por homens e mulheres, independente do gênero. Nesse caso, eu sou bi, mas tem outras e outras." (Participante 9- Mulher Cis, 16 anos, Branca, 2ª Série E.M)

"Quando você me pergunta de orientação sexual, me vem à mente muitas coisas, mas tudo se resume a com quem eu gosto de ter relação ou com quem meu corpo se sente atraído, tipo desejo, só isso." (Participante 2-Mulher Cis, Parda, 17 anos, 2ª Série E.M)

"Eu compreendo também que a orientação sexual é sobre a relação que você tem com outras pessoas, seja afetiva ou não, se você sente atração ou não." (Participante 4 - Homem não binário, Preto, 16 anos, 2ª Série E.M)

"Orientação sexual é ser livre e sentir prazer com quem você deseja ser feliz, as pessoas costumam definir o que e como devemos estar, tudo que foge disso é tipo, errado, do mal. Mas eu não acho, as pessoas não têm que se meter não." (Participante 7- Homem Cis, Branco, 15 anos , 1ª Série E.M)

"Eu acho que é a maneira que nos atraímos, sabe?! Uma forma que temos de amar verdadeiramente e se sentir confortável com a outra pessoa, principalmente relacionado ao sexo. Eu mesmo (...) me atraio por meninos, mas não tenho nada contra quem tem outros gostos." (Participante 5- Mulher Cis, Parda, 17 anos, 3ª Série E.M)

Concepções sobre Diversidade Sexual

Esta subcategoria abarcou relatos sobre a diversidade sexual, entendida como a existência de múltiplas orientações sexuais, identidades de gênero, e expressões de gênero que transcendem as categorias binárias de homem e mulher. Esta subcategoria revela como os participantes percebem e valorizam a variedade de experiências e identidades dentro do espectro da sexualidade, incluindo, mas não se limitando a, heterossexuais, homossexuais, bissexuais, transexuais e não-binários. A ênfase recai sobre a importância do respeito, da inclusão, e do reconhecimento da diversidade sexual como um aspecto fundamental da sociedade.

"Seria como as pessoas se veem, tipo lésbicas, Bi, Hetero, Gays e etc..." (Participante 1- Mulher Cis, Branca, 17 anos, 3º Série E.M)

"Assim, temos uma diversidade enorme hoje. É tanto que as pessoas se confundem diante das siglas LGBTQIAP+. Na verdade, acho que as pessoas hoje gostam de gente, e não assumem." (Participante 10- Homem Cis, Pardo, 16 anos, 2ª Série E.M)

"Entendo que quando se fala em diversidade sexual, foge de hetero e do homossexual, essa diversidade seria homens ou mulheres independentes do seu gênero, entendeu?! Seria um misto, Gay, lésbica, hetero, bi, transexual e mais." (Participante 3- Homem Cis, Preto, 17 anos, 3ª Série E.M)

"Diversidade sexual é algo que vai além do que a nossa sociedade atual coloca como padrão, seria exemplo uma mulher trans, lésbica ou um homem não binário, gay." (Participante 7- Homem Cis, Branco, 15 anos , 1ª Série E.M)

"Respeitar o diferente, diversidade sexual é saber que não existe apenas o biológico, o órgão sexual, é como as pessoas se veem no espelho e se gostam." (Participante 5- Mulher Cis, Parda, 17 anos, 3ª Série E.M)

Correlacionado estas subcategorias, percebemos que a percepção dos adolescentes diante da diversidade sexual, gênero e orientação sexual é um campo complexo e dinâmico que reflete as mudanças sociais e as transformações culturais. Ao explorar essa temática, notadamente é apresentado no campo de fala a influência de fatores sociais e educacionais na formação das percepções dos entrevistados, onde as narrativas individuais, muitas vezes, se entrelaçam com narrativas coletivas e contextos sociais mais amplos. Tal afirmação fundamenta-se na perspectiva de Jodelet (1999), segundo a qual o preconceito se constitui como um dos mediadores da exclusão, juntamente com o estereótipo.

Deste modo, segundo Jesus et al (2008, p. 8):

Todos os dias, em todos os lugares do mundo, milhões de pessoas são vítimas da homofobia, que se traduz em ódio, desrespeito, intolerância e rejeição por quem demonstra ou sente atração afetiva e sexual por pessoas do mesmo sexo ou revela condutas diferenciadas em relação aos padrões tradicionais de gênero.

A partir dos relatos dos participantes, é possível identificar a existência de um entendimento dos conceitos relacionados à diversidade sexual entre os adolescentes, revelando um nível de conscientização e discernimento em relação a questões de gênero, orientação sexual e diversidade sexual. Contudo, constata-se a presença de fragilidades nesse conhecimento, dado que esses temas frequentemente não recebem uma abordagem específica e esclarecedora em contextos institucionais ou nos espaços em que ocupam, como núcleos familiares entre outros. Conceitos relacionados à orientação sexual, incluindo heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade, parecem ser bem compreendidos pela maioria dos estudantes, o que pode ser atribuído à presença recorrente do tema da diversidade sexual em meios de comunicação (DINIS, 2008)

No contexto desta pesquisa, o diálogo entre adolescentes configura uma alternativa a novo percurso, que não seja o da imposição de poder (Buttler, 2003; Louro, 2001). Os contextos familiar e escolar necessitam se constituir em dois ambientes abertos ao diálogo, no sentido de orientar e propiciar o estabelecimento da identidade desses sujeitos em formação (Maia; Ribeiro, 2011). Por outro lado, a ausência de diálogos e debates propicia a propagação de conhecimentos frágeis, que podem gerar percepções distorcidas e estereotipadas, o que pode comprometer a compreensão mais aprofundada e respeitosa desses temas.

Os resultados, de certo modo, também evidenciam a necessidade de incluir discussões mais abrangentes e esclarecedoras sobre temáticas como estas nos currículos educacionais e em ambientes institucionais, promovendo um entendimento mais sólido e respeitoso dessas questões, mitigando, assim, a propagação de estereótipos e concepções equivocadas.

CATEGORIA 2. IDENTIDADE DE GÊNERO

A categoria Identidade de Gênero versou sobre as percepções e compreensões dos estudantes adolescentes sobre gênero e identidade de gênero, evidenciando como os participantes interpretam esses conceitos em suas vidas. Esta análise se divide em duas subcategorias principais: "Concepções sobre gênero" e "Concepções sobre identidade de gênero". Ambas as subcategorias revelam um amplo espectro de entendimentos, refletindo a diversidade de experiências e percepções relacionadas à identidade de gênero.

Concepções sobre Gênero

A partir dos relatos nas entrevistas, foi possível identificar como os adolescentes entendem e definem gênero, destacando uma distinção entre identidade de gênero e características biológicas. Verificou-se que os participantes compreendem que gênero vai além do biológico, focando em como cada pessoa se identifica e se sente em relação a si mesma e ao

mundo. A identificação de gênero é descrita como uma experiência pessoal e subjetiva, que pode ou não estarem relacionadas com as normas e expectativas sociais de uma lógica heteronormativa. Isto é, para os estudantes adolescentes, gênero refere-se à identidade pessoal e subjetiva de cada indivíduo, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, abrangendo uma ampla gama de experiências e autoidentificações. Contudo, um participante demonstrou uma percepção fundamentada em argumentos religiosos, numa perspectiva biológica e binária.

"Assim, como você se vê independente do órgão." (Participante 1- Mulher Cis, Branca ,15 anos, 1ª Série E.M)

"Gênero para mim é como você se identifica de acordo com você mesmo, por exemplo, eu sou uma mulher porque eu me identifico como uma mulher, mas, por exemplo, tem outras pessoas que se identificam como neutro, pois é, eu acho que é mais como você se vê mesmo." (Participante 9- Mulher Cis, 16 anos, Branca , 2ª Série E.M)

"Eu acho, e acredito que gênero é muito amplo, mas seria como as pessoas se identificam." (Participante 5- Mulher Cis, Parda,17 anos, 3ª Série E.M)

"Eu acho que gênero é aquilo que a gente se considera, sendo masculino ou feminino, homem ou mulher, independente do biológico, eu acho." (Participante 2- Mulher Cis, Parda, 17 anos, 2ª Série E.M)

"Gênero é como me vejo em relação a mim mesmo, exemplo: sou gay, é minha orientação sexual, mas meu gênero é masculino. Eu gosto do meu corpo e minha mente aceita, acredito que você entende." (Participante 4- Homem não binário, Preto, 16 anos, 2ª Série E.M)

"Para mim, gênero é algo que a sociedade tem que entender que não se configura como algo fixo, parado, não é como nasce. Ao longo da vida nos identificamos, e isso é resistência." (Participante 7- Homem Cis, Branco, 15 anos , 1ª Série E.M)

"Acredito que gênero é masculino e feminino, mas hoje em dia tudo as pessoas querem mudar o que Deus criou, eu não concordo, homem é homem, mulher é mulher e não tem isso." (Participante 8- Mulher Cis, Parda , 16 anos , 1º Série E.M)

Os estudos de gênero, conforme destacado por Judith Butler e outros teóricos, oferecem uma perspectiva crítica sobre como entendemos e categorizamos a identidade de gênero e o sexo. Butler argumenta que tanto o gênero quanto o sexo não são aspectos inatos e imutáveis da identidade humana, mas sim construções culturais e sociais. Esta abordagem desafia a visão

binária tradicional de gênero, que limita a identidade a categorias estritas de "masculino" e "feminino", e reconhece a fluidez e a diversidade das experiências de gênero. Nessa direção, destaca-se o pensamento de Butler (2003, p. 25): “se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero, a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma”.

Concepções sobre Identidade de Gênero

Esta categoria foi constituída a partir de relatos que versaram sobre a maneira como as pessoas se veem e se identificam em termos de gênero, independente de seu sexo biológico. Esta subcategoria destaca a importância da autopercepção e do reconhecimento pessoal da própria identidade de gênero. Os participantes perceberam identidade de gênero como uma expressão íntima e pessoal, que deve ser respeitada pela sociedade, enfatizando a liberdade de identificação e a relevância do respeito às escolhas individuais.

"Aí é fácil, como se identifica e a sociedade não tem o que questionar, se você se identifica homem é homem, se identifica mulher é mulher, trans é trans e aí vai." (Participante 2- Mulher Cis, Parda, 17 anos, 2ª Série E.M)

"Assim, identidade já diz tudo, como se identifica, mas a sociedade não está acostumada e acha que você já nasce de uma forma e tem que ser assim para sempre, mas não pensam: e quando essa pessoa se entender por gente, vai ser isso mesmo?" (Participante 4- Homem não binário, Preto, 16 anos, 2ª Série E.M)

"Bem, é como as pessoas se identificam relacionado a como se veem, e não tem nada a ver com o corpo que nasce." (Participante 6- Mulher Cis, Branca, 18 anos, 3ª Série E.M)

“Identidade de gênero é a percepção pessoal e íntima de cada indivíduo sobre seu próprio gênero, que pode ou não alinhar-se com o sexo atribuído ao nascimento, refletindo uma expressão autêntica do eu.” (Participante 13 – Mulher Cis, Preta, 16 anos, 2ª Série E.M)

"Na verdade, tem a ver com aquilo que enxergo e me sinto bem. Se sou do sexo feminino, me dou bem com meu corpo, minha identidade é feminina, mulher." (Participante 7- Homem Cis, Branco, 15 anos , 1ª Série E.M)

Diferentes culturas utilizam a distinção biológica do sexo para reforçar supostas características femininas e masculinas como naturais, quando, na realidade, elas são construções resultantes de processos de educação e socialização (Scott, 1990). Ao focar nos adolescentes, o núcleo central desta pesquisa, percebe-se que estes têm a capacidade de perceber e internalizar conceitos relacionados à identidade de gênero de maneira pessoal e íntima, um cenário que se alinha e reitera as perspectivas apresentadas na literatura. Praun (2011) argumenta que, para muitos, a noção de gênero está enraizada no senso comum, apesar de a sociedade moderna vivenciar um aumento na conscientização sobre esses conceitos.

Os adolescentes, de acordo com suas narrativas, atribuem à identidade de gênero uma natureza subjetiva e dinâmica, influenciada por uma rede complexa de relações que transcende o âmbito familiar. Este entendimento ressalta a importância de uma abordagem mais abrangente e inclusiva nas discussões sobre gênero, a fim de incorporar as diversas influências que moldam a percepção individual, evidenciada notadamente por uma percepção aguçada na luta por igualdade de direitos políticos e econômicos e por direitos a uma sociedade mais igualitária e equitativa.

CATEGORIA 3 - A ESCOLA NO CONTEXTO DA DIVERSIDADE SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO

Esta categoria aborda a experiência dos estudantes em relação à diversidade sexual e identidade de gênero dentro do ambiente escolar. A análise revela como as escolas funcionam tanto como espaços de escuta e acolhimento quanto de silenciamento e exclusão, além de destacar as vulnerabilidades e o sofrimento psíquico vivenciados pelos alunos. As subcategorias delineadas fornecem um panorama detalhado dessas dinâmicas.

A escola como espaço de escuta e acolhimento

A subcategoria Espaço de escuta e acolhimento foi formada a partir de relatos dos participantes que percebem a escola como um ambiente onde os/as estudantes encontram espaços de diálogo, expressão e suporte em relação ao tema da diversidade sexual e identidade de gênero. Palestras, projetos, rodas de conversas, e iniciativas inclusivas, como o uso do nome social, são mencionados como mecanismos que promovem a inclusão e o respeito às diferenças. Os participantes expressam sentir-se mais livres para ser quem são, comparativamente a outros ambientes, em razão do apoio de amigos e de parte do corpo docente.

"Eu acho que a escola inclui muito mais que exclui, exemplo... aqui pessoas podem ser chamadas pelo nome social, inclusive na chamada ser por exemplo pessoas transexuais que gostam de colocar nome social na chamada, acho massa." (Participante 1- Mulher Cis, Branca ,15 anos, 1ª Série E.M)

"(...) com alguns professores conseguimos falar abertamente sobre isso, sem ter medo de ser xingada ou coisas do tipo." (Participante 10- Homem Cis , Pardo, 16 anos, 2ª Série E.M)

"Eu acho bem normal, temos o acolhimento diário e muitas vezes usamos isso como caminho para as pessoas respeitarem umas às outras." (Participante 4- Homem não binário, Preto, 16 anos, 2ª Série E.M)

"Com amigos, nas aulas de projeto de vida, protagonismo juvenil, é bom, ficamos mais livres, diferente de fora da escola e em casa." (Participante 6- Mulher Cis, Branca, 18 anos, 3ª Série E.M)

"Sim, eu me sinto acolhida representada diante do meu gênero e da minha sexualidade porque é algo que eu realmente tenho confiança sobre isso, então eu acho que eu me sinto acolhida, sou acolhida muito por meus amigos, sem problema nenhum." (Participante 5- Mulher Cis, Parda,17 anos, 3ª Série E.M)

"Bom, eu acho que a escola tem uma inclusão sim sobre gênero sexualidade, dentro do âmbito escolar a gente é bem respeitada em questão a isso, mas sempre seguindo as regras." (Participante 7- Homem Cis, Branco, 15 anos , 1ª Série E.M)

A instituição educacional, constitui-se como um espaço influente tanto nas dimensões individuais quanto coletivas. Assim, a necessidade premente da educação para todos, sem segregação se torna notável nas políticas públicas, a fim de promover ocasiões propícias para discussão e reflexão acerca das temáticas vinculadas a gênero e sexualidade. No entanto, a

projeção de um espaço de exclusão no ambiente escolar é uma realidade persistente e multifacetada.

A falta de abordagens inclusivas e esclarecedoras sobre diversidade de gênero e orientação sexual perpetua estigmas, discriminando e marginalizando alunos que fogem dos padrões socialmente normatizados. Segundo Louro (1997, p. 57) a “escola entende disso. Na verdade, ela produz isso”. Ou seja, “aqueles e aquelas que se atrevem a expressar de forma mais evidente, sua sexualidadesão alvos imediatos de redobrada vigilância”. (Louro, 2015, p. 26). Essa exclusão pode se manifestar em diferentes formas, desde a negligência de temas pertinentes nos currículos educacionais até a perpetuação de estereótipos de gênero em práticas cotidianas.

A efetivação de políticas públicas no espaço escolar mostra-se evidente, notadamente quando se considera a necessidade de promover equidade e inclusão no ambiente educacional. Essas políticas desempenham um papel crucial na configuração de diretrizes e práticas que visam garantir acesso igualitário à educação e mitigar desigualdades sociais (Rosemberg, 2001). Entretanto, observa-se que a geração de conhecimento científico concernente ao desenvolvimento recente de políticas públicas educacionais sob a ótica da diminuição da disparidade de gênero no sistema de ensino público do Brasil permanece limitada. Essa carência reflete a tendência predominante nos estudos de gênero na educação, os quais são marcados por uma divulgação insuficiente (Rosemberg, 2001).

A linguagem utilizada no espaço escolar é um fator que se configura em expressões de gênero e sexualidade, atrelado ao preconceito e desigualdades, pelo viés do ocultamento do feminino (Louro, 1997). Assim, a instituição escolar, enquanto um componente fundamental da estrutura social, não se desvincula das complexas dinâmicas relacionadas a gênero e sexualidade em seu cotidiano, assim a construção social dessas categorias permeia as interações dentro do ambiente escolar, influenciando as relações interpessoais, as práticas pedagógicas e,

consequentemente, a formação da identidade dos indivíduos, configura-se como um ambiente de significativas influências nas esferas individuais e coletivas.

Escola como Espaço de Silenciamento e Exclusão

Esta subcategoria versou sobre as experiências de silenciamento e exclusão enfrentadas por estudantes em relação à sua diversidade sexual e identidade de gênero dentro do ambiente escolar. Os relatos evidenciam situações de preconceito, discriminação e falta de apoio, tanto por parte de colegas quanto de membros do corpo docente e administrativo. A resistência e o preconceito, muitas vezes ancorados em bases religiosas ou culturais, contribuíram para vivências de preconceito e exclusão social. Tais situações são relatadas como aspectos que comprometem a inclusão e o bem-estar de estudantes relacionados à diversidade sexual e identidade de gênero.

"Principalmente por conta dos tabus, e preconceito de alguns. A maior parte percebo que vem da religião ou da própria criação deles. Com relação aos professores e a equipe 50% sim, outra parte não." (Participante 1- Mulher Cis, Branca ,15 anos, 1ª Série E.M)

"As pessoas na escola olham estranho quando falamos da nossa orientação, na verdade os funcionários e o pessoal mais antigo. Com os nossos amigos é mais tranquilo, porém são jovens, mente aberta." (Participante 4- Homem não binário, Preto, 16 anos, 2ª Série E.M)

"Diante da identidade de gênero, por ser mulher, eu acho que sinto mais preconceito, não tem acolhimento. Vivemos em uma sociedade muito preconceituosa machista, como se a mulher fosse um Sexo frágil..." (Participante 5- Mulher Cis, Parda,17 anos, 3ª Série E.M)

"Eu já presenciei aqui na escola, com funcionários não respeitando o nome social da pessoa, enfim é isso." (Participante 8- Mulher Cis, Parda , 16 anos , 1º Série E.M)

"Muitas vezes sou excluído da turma por ser pansexual, me acham estranho." (Participante 10- Homem Cis , Pardo, 16 anos, 2ª Série E.M)

"Eu percebo que muitos da escola fazem ações, tipo, os professores e a gestão. Mas no dia a dia, muitas coisas que acontecem eles não fazem nada, como 'brincadeiras', eu não acho normal, mesmo assim prefiro nem comentar com ninguém." (Participante 6- Mulher Cis, Branca, 18 anos, 3ª Série E.M)

A imperatividade da educação surge de maneira evidente em determinadas passagens das narrativas transcritas, indicando a urgência de dedicar maior investimento em tempo e espaço para proporcionar momentos de diálogo e reflexão sobre as questões relacionadas a gênero e sexualidade. No entanto, é notório que o receio e a insegurança emergem como barreiras significativas nesse processo.

No contexto escolar, a discussão sobre gênero e sexualidade frequentemente é permeada por tabus e estigmatizações, resultando em uma resistência por parte de alguns atores educacionais em se envolverem de maneira plena nesses diálogos, promovendo sobretudo um silenciamento e exclusão. Assim, as representações pautadas numa ideia de que o outro é colocado como aberração legitimam preconceitos e exclusões, com base em um contexto que determina o que é natural e o que é aberrante (Joffe, 1995, p. 318). Sobre a construção histórica das diferenças no ambiente escolar, Louro (2010) diz que:

Diferenças, distinções, desigualdades. A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos — tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas. (Louro, 2010, p. 57).

O ambiente escolar deveria representar um locus de acolhimento para todos os sujeitos. A hierarquização das diferenças entre esses sujeitos pode dar origem a processos de alteridade, nos quais frequentemente os mecanismos de exclusão estão ocultos sob práticas alegadamente inclusivas, que, contudo, continuam a depreciar as diferenças que fogem a certos padrões normativos estabelecidos.

A questão da diferença, portanto, torna-se premente quando se observa que o reconhecimento do "outro" como diferente não é o único desafio; o problema se intensifica quando tais diferenças são hierarquizadas, levando a processos de exclusão. Sawaia (1999)

descreve o processo de exclusão como complexo e multifacetado, um fenômeno sutil e dialético que coexiste com a inclusão e permeia as relações humanas. Ela argumenta que esta dialética entre inclusão e exclusão produz subjetividades que variam desde o sentimento de pertença até sensações de discriminação e revolta.

A incorporação de perspectivas de gênero no contexto escolar é reconhecida como uma estratégia fundamental e eficaz na luta contra as desigualdades de gênero. Isso implica a adoção de abordagens que reconhecem a pluralidade de experiências e identidades. A escola, assim, transcende seu papel tradicional de meramente disseminar conhecimento, assumindo a função de agente de transformação social por meio da implementação de práticas educativas inclusivas. Este espaço deve ser um terreno fértil para o florescimento de cidadãos críticos, conscientes e comprometidos com o tecido social.

Vulnerabilidades e Sofrimento Psíquico

Esta subcategoria aborda as vulnerabilidades e o sofrimento psíquico experimentados pelos estudantes no contexto escolar, notadamente no que se refere à diversidade sexual e a identidade de gênero. Os/as adolescentes compartilham experiências de insegurança, medo, raiva, e tristeza provocadas por episódios de discriminação e preconceito.

Verificou-se, a partir dos relatos, que as vivências de vulnerabilidades afetam diretamente a saúde mental, a autoestima, e a vontade de frequentar a escola, revelando a necessidade de ambientes educacionais mais inclusivos e que considere as necessidades específicas deste grupo etário. Estes achados apontam para o impacto negativo de discriminação e do preconceito na saúde mental e bem-estar emocional dos estudantes.

"Eu perdi a vontade por um breve momento de comparecer à escola, exemplo passei uma ou duas semanas sem vir estudar. Na verdade, afeta o seu psicológico em momentos de raiva, pois a escola é um lugar que eu gosto de estar (...). Vejo que muitos estudantes que estão passando por situações como essas têm sentimentos de angústia, e na verdade você perde a vontade de comparecer à escola por medo do que os seus colegas vão falar ou mesmo virar violência física." (Participante 3)

"Bom eu já presenciei algumas situações de homofobia e me senti muito mal, também despertei um sentimento de defesa pela pessoa, acabou que entramos em discussão, eu fiquei muito triste pela pessoa" (Participante 9)

"Desconforto e raiva, pois dá raiva ver e ouvir histórias de coisas que não tinham sentido, como falei, ver duas colegas abraçadas em algum lugar da escola e uma funcionária chegar gritando com elas para se separarem, só porque estavam muito juntas. Ela falava que estavam muito grudadas, 'entranhados', esse o termo usado, era um momento de lazer e foram reclamadas e gritadas."

"Então é muito mal, eu tenho pra mim que muitos não falam da sua sexualidade por medo de ser julgado, também por tentar ser uma outra pessoa pra agradar, isso pode gerar um sofrimento maior." (Participante 4)

"Acho que muitas pessoas são vítimas de bullying e de violência, e isso acaba gerando traumas, o que é uma coisa horrível. (...) muitas vezes percebo que por pressão acabam cometendo também suicídio, automutilar... e é uma coisa horrível." (Participante 8)

Nas representações sociais o lugar ocupado pela diferença será de extrema importância, pois o modo como enxergamos o outro implicará diretamente na forma como nos relacionamos com ele. As representações onde o outro é construído como aberração permitem que ele seja discriminado e excluído, com base em um contexto que determina o que é natural e o que é aberrante (Joffe, 1995, p. 318). Um aspecto de grande relevância reside na atribuição do espaço escolar como um agente formador na formação cidadã respeitando a multiplicidade cultural, valores e experiência de vida dos educandos. Nesse sentido, abordar especificamente essa subcategoria implica em examinar os reflexos sociais que reverberam no dia a dia da escolar e nas relações estabelecidas entre seus participantes, especialmente no que tange às questões de gênero e sexualidade.

A emergência da temática de gênero na escola é frequentemente marcada por discursos e ações permeados de preconceito e intolerância, fenômenos esses socialmente construídos e enraizados de forma muitas vezes invisível em nosso cotidiano, manifestando-se nos diversos espaços sociais (Borillo, 2010). Tal realidade reflete não apenas no desempenho escolar, mas repercute significativamente na saúde mental e no bem-estar dos jovens, evidenciando o sofrimento psíquico resultante da discriminação e do estigma enfrentados, particularmente por

jovens e adultos LGBT's. Junqueira (2009) caracteriza a escola como “um lugar de opressão, discriminação e preconceitos, no qual existe um preocupante quadro de violência” (p.15) a que este grupo está submetido, evidenciando a escola como um ambiente onde a opressão e a violência se tornam cotidianas para muitos.

Dentro deste contexto, a escola se revela não apenas como um espaço de aprendizado, mas também como um locus de insegurança e, frequentemente, de exclusão, especialmente em relação às questões de gênero e sexualidade. Isso destaca as complexas relações entre os indivíduos neste ambiente, que, por vezes, reforça a manutenção e reprodução das diferenças e desigualdades. Esta reprodução não é apenas um reflexo, mas também um mecanismo de perpetuação de uma sociedade dividida, desigual e hierarquizada (Ferrari, 2000), evidenciando como o espaço escolar pode contribuir para a continuidade dessas divisões sociais.

Ayres (2019) complementa essa discussão ao assinalar que essa dinâmica na escola contribui para a instauração de um cenário que coloca muitos adolescentes em condições de vulnerabilidade social. Esta vulnerabilidade se reflete na dificuldade de inserção e integração no ambiente escolar, sublinhando a necessidade urgente de ações que promovam a inclusão efetiva e o respeito às diferenças dentro deste contexto educacional. Assim, entende-se a importância de transformar a escola em um ambiente verdadeiramente seguro e acolhedor para todos, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual, combatendo as raízes do preconceito e da intolerância que afetam negativamente a vida de tantos jovens.

Ações de promoção e inclusão

Esta subcategoria foi a que mais apresentou quantidade de unidades de contexto, uma vez que todos os participantes falaram da existência de ações, na escola, para promover o respeito à diversidade sexual e à identidade de gênero. Mesmo diante da vivência de situações de preconceito e exclusão, a análise das respostas dos entrevistados demonstrou um panorama

variado de ações implementadas pela escola para promover a inclusão e abordar as temáticas da diversidade sexual e identidade de gênero. Dentre as iniciativas mencionadas pelos adolescentes estudantes, palestras e acolhimento destacam-se como as mais recorrentes.

"A escola ela tem ações sobre esses temas e alunos LGBT, ela traz palestra sobre isso, já conversamos em algumas matérias (...)." (Participante 4- Homem não binário, Preto, 16 anos, 2ª Série E.M)

"Teve na escola uma palestra do centro de referência LGBT aqui na escola e foi muito bom, pudemos abrir mais nossa mente e escutar a vida e a luta de pessoas transexuais." (Participante 10- Homem Cis , Pardo, 16 anos, 2ª Série E.M)

"Me sinto acolhida. Tem palestras, rodas de conversas e até mesmo um evento, a gestão escuta e acolhe, os professores, a maioria, tem ainda uns que evitam falar." (Participante 2- Mulher Cis, Parda, 17 anos, 2ª Série E.M)

Estas ações parecem constituir a espinha dorsal dos esforços da escola para criar um ambiente inclusivo e educativo, onde a diversidade é não apenas reconhecida, mas também compreendida como algo a ser ampliado em termos de ações. As palestras, em particular, servem como um canal de informação e sensibilização, enquanto as atividades de acolhimento, descritas como momentos de recepção dos estudantes com dinâmicas interativas, corredores informativos e placas, visam criar um ambiente acolhedor e seguro para todos.

Rodas de conversa e debates foram igualmente valorizados, mencionados por seis entrevistados cada, indicando a importância dada ao diálogo aberto e à troca de experiências pessoais como meios de fomentar a compreensão e a empatia entre os estudantes. Estas atividades possibilitam a discussão profunda de questões relacionadas à diversidade sexual e identidade de gênero, permitindo que os estudantes expressem seus sentimentos, dúvidas e experiências num ambiente seguro e respeitoso.

A integração de temas transversais nas disciplinas curriculares, citada por quatro entrevistados, e a realização de projetos de vida e eletivas, ambos mencionados por dez e seis entrevistados respectivamente, refletem um esforço para incorporar a diversidade sexual e a

identidade de gênero de maneira orgânica e contínua no currículo escolar. Isso sugere um reconhecimento da importância de abordar estas temáticas de forma integrada às atividades educativas regulares, promovendo uma cultura de inclusão e respeito às diferenças desde cedo.

Parcerias com organizações externas e a criação de clubes de protagonismo, mencionadas por quatro e três participantes respectivamente, apontando para uma abordagem colaborativa e de empoderamento dos estudantes na abordagem da temática. A utilização de redações e disciplinas eletivas foi citado por três participantes. A utilização de métodos reflexivos e de escolha dos estudantes foi percebido como importante estratégia metodológica para explorar e expressar as compreensões e sentimentos dos estudantes adolescentes sobre a diversidade sexual e identidade de gênero.

Ao analisar as respostas dos entrevistados sobre as diversas ações promovidas pela escola, infere-se que existe uma tentativa de adotar uma abordagem multifacetada para promover a inclusão e o respeito à diversidade. No entanto, verifica-se a persistência de numerosos casos de silenciamento, preconceitos, vulnerabilidades, exclusão social e sofrimento psíquico, que estão vinculados às questões de diversidade sexual e identidade de gênero.

Fica evidente a expectativa de que a escola, como espaço de formação, assuma um papel proativo na promoção de diálogos que enfrentem o preconceito e incentivem uma visão mais crítica e igualitária acerca de gênero e sexualidade. Apesar dos esforços, o ambiente educacional ainda se mostra repleto de desafios, incluindo vulnerabilidade, silenciamento e exclusão. De acordo com Ferrari (2000), a escola não se limita a produzir e transmitir conhecimento; ela também desempenha um papel significativo na formação de sujeitos e identidades, além de reforçar divisões de gênero e classe. Tal dinâmica é reveladora, pois evidencia a perpetuação de uma sociedade segmentada, desigual e estratificada.

Portanto, é crucial a persistência, ampliação e diversificação das iniciativas como estratégia para combater todas as formas de preconceito e para promover experiências de

acolhimento e respeito de maneira mais ampla. Essas medidas são essenciais para demonstrar o comprometimento institucional com o estabelecimento de um ambiente educacional que seja verdadeiramente acolhedor e inclusivo para todos os alunos, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ambiente escolar, o estigma relacionado às questões de gênero e sexualidade se destaca, provocando sofrimento psíquico e estando ligado a contextos sociais e vulnerabilidades. Apesar disso, com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais, as escolas são incentivadas a criar espaços de acolhimento e debate sobre diversos temas, incluindo diversidade sexual e identidade de gênero.

Este estudo teve por objetivo geral analisar a diversidade sexual e de gênero nas escolas sob a perspectiva de adolescentes estudantes. A partir das entrevistas, surgiram três categorias temáticas, subdivididas em oito subcategorias, englobando 156 unidades de conteúdo.

Na categoria Diversidade Sexual, os depoimentos abordaram uma ampla percepção sobre diversidade sexual e identidades de gênero, destacando a complexidade e pluralidade na forma como os participantes compreendem e vivenciam suas orientações sexuais e as relacionam com as identidades de gênero. Em relação à categoria Identidade de Gênero, os estudantes compartilharam suas visões e compreensões sobre gênero e identidade, refletindo sobre como interpretam e aplicam esses conceitos em suas vidas. Na categoria A Escola no Contexto da Diversidade Sexual e Identidade de Gênero, foi possível perceber como os ambientes escolares são vistos pelos participantes tanto como locais de acolhimento e escuta quanto de silenciamento e exclusão.

Esta última categoria incluiu relatos sobre as experiências de vulnerabilidade e sofrimento psíquico enfrentados pelos estudantes no contexto escolar, mostrando tanto os esforços das escolas em promover práticas inclusivas quanto as lacunas existentes. As subcategorias derivadas dessa análise oferecem uma visão abrangente sobre o tratamento das questões de diversidade sexual e identidade de gênero nas escolas, enfatizando a importância de práticas educacionais que acolham e respeitem efetivamente a diversidade.

Os resultados revelaram as percepções dos participantes sobre a temática, mostrando um cenário educacional e psicossocial complexo e desafiador. As fragilidades do sistema educacional que dificultam a eficácia das práticas inclusivas foram evidenciadas, incluindo a falta de abordagens pedagógicas assertivas, a presença de práticas preconceituosas por parte do corpo docente, técnico e entre os estudantes, que comprometem a criação de um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo e obstaculizam o debate sobre diversidade sexual e de gênero.

Assim, a presente pesquisa teve como condicionante, em minha prática científica, acadêmica e profissional uma oportunidade relevante para explorar e compreender as complexidades do contexto de gênero e sexualidade na escola, sob a perspectiva de um educador, psicólogo e pesquisador. Ao final deste estudo, é possível afirmar que a identificação de elementos muitas vezes invisíveis na sociedade revelou-se de extrema importância, destacando o impacto significativo que o reflexo e o silenciamento desses temas na escola podem ter no campo do sofrimento psicossocial dos estudantes.

Um dos aspectos mais marcantes desta pesquisa foi a constatação da notoriedade do machismo estrutural e do preconceito existente dentro do ambiente escolar. O machismo, enraizado em normas sociais e culturais, permeia as relações interpessoais e institucionais, resultando em desigualdades de gênero, estereótipos prejudiciais e discriminação. Da mesma forma, o preconceito em relação à diversidade sexual e de gênero contribui para a exclusão, o bullying e o isolamento de estudantes, comprometendo seu bem-estar psicológico e emocional.

A pesquisa também enfatizou a importância de islamizar a continuidade do estudo por campos notórios e de um olhar atencioso. Isso implica em uma abordagem reflexiva e crítica, que reconheça as múltiplas dimensões das questões de gênero e sexualidade na escola, bem

como suas interseções com outras formas de opressão, como raça, classe e orientação sexual. Além disso, a continuidade da pesquisa deve ser orientada pela busca por intervenções e políticas públicas que promovam a inclusão, a igualdade e o respeito à diversidade.

Nesse sentido, é fundamental destacar o papel potencialmente transformador da escola na promoção da mudança social e no apoio à saúde mental dos estudantes. Ao adotar uma abordagem educativa sensível ao gênero, as escolas podem contribuir para a desconstrução de estereótipos de gênero, para a promoção da igualdade de oportunidades e para a criação de um ambiente escolar mais acolhedor e inclusivo para todos os estudantes. Além disso, a integração dessas questões ao campo das políticas públicas de saúde mental é essencial para garantir que os estudantes tenham acesso ao apoio e aos recursos necessários para enfrentar os desafios relacionados à sua saúde emocional e psicológica.

No entanto, é importante reconhecer que a promoção da igualdade de gênero e da diversidade sexual na escola enfrenta desafios significativos, incluindo resistência cultural, falta de capacitação dos profissionais da educação e ausência de políticas públicas eficazes. Portanto, é necessário um esforço coletivo e coordenado entre educadores, psicólogos, pesquisadores, formuladores de políticas e a comunidade em geral para superar esses obstáculos e construir escolas verdadeiramente inclusivas e respeitosas da diversidade humana.

Em suma, esta pesquisa de mestrado ofereceu insights valiosos sobre o papel da escola na promoção da igualdade de gênero, da diversidade sexual e do bem-estar psicossocial dos estudantes. Ao finalizar este estudo, reafirmo meu compromisso em continuar contribuindo para o avanço do conhecimento nessa área e para a implementação de práticas e políticas que promovam uma educação mais inclusiva, equitativa e respeitosa dos direitos humanos.

Apesar dos esforços escolares para promover inclusão e metodologias de debate sobre diversidade, muitos adolescentes veem a escola como um espaço de exclusão e não acolhimento. As entrevistas destacaram a violência perpetrada por diferentes atores dentro das

escolas e a sensação de invisibilidade vivida pelos jovens, contribuindo para a discriminação e exclusão. A necessidade de estratégias eficazes no ambiente escolar que promovam a saúde mental e garantam direitos humanos foi ressaltada, assim como a importância de desconstruir bases discriminatórias, especialmente em relação ao machismo estrutural e histórico.

A educação deve desempenhar um papel ativo na desconstrução de estigmas, promovendo um ambiente escolar onde a diversidade seja celebrada. O estudo apresenta um panorama desafiador, mas também aponta para oportunidades de transformação nas escolas.

Os resultados são específicos para uma amostra de estudantes adolescentes de uma escola pública no Nordeste brasileiro, limitando a generalização dos achados. No entanto, as evidências sugerem experiências que podem ser comuns em outros contextos, indicando a necessidade de mais pesquisas. A continuidade desses estudos é vital para fundamentar a implementação de políticas e legislação que promovam a igualdade, contribuindo significativamente para as políticas públicas em saúde, educação, psicologia educacional e inclusão do público LGBTQIAP+.

REFERÊNCIAS

- Abrahão, J. (1993). Ergonomia: Modelo, métodos e técnicas. *In Anais do 2º Congresso Latino-Americano e 6º Seminário Brasileiro de Ergonomia*. Florianópolis, Brasil: [Editora].
- Ade, N. P. (2021). Rethinking the implications of the patriarchic system of male dominance and female subordination in the twenty-first century. *International Journal of Sustainability Management and Information Technologies*, 5(1), 1-6.
- Almeida, M. E. B. de. (2009). Gestão de tecnologias, mídias e recursos na escola: O compartilhar de significados. *Em Aberto*, 22(79), 75-89.
- Almeida, M. V. (2010). *A chave do armário: Homossexualidade, casamento e família*. Florianópolis: Ed. da UFSC.
- Armenakis, A. A., & Bedeian, A. G. (1999). Organizational change: A review of theory and research in the 1990s. *Journal of Management*, 25(3), 293-315.
- Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). (2020). *Candidaturas Trans Foram Eleitas em 2020*. Recuperado em 17 de setembro de 2021, de <https://antrabrasil.org/2020/11/16/candidaturas-trans-eleitas-em-2020/>
- Ayres, J. R. C. M. (2014). Vulnerabilidade, direitos humanos e cuidado: Aportes conceituais. In S. Barros, P. F. S. Campos, & J. J. S. Fernandes (Eds.), *Atenção à saúde de populações vulneráveis*. Barueri: Manole.
- Ayres, J. R. C. M. (2019). Entrevista com José Ricardo Ayres. *Saúde Soc. São Paulo*, 27(1), 51-60.
- Ayres, J. R. de C. M., Franca Junior, I., Calazans, G. J., & Saletti Filho, H. C. (2003). O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- Azevedo, F. (1964). *Sociologia educacional: Introdução ao estudo dos fenômenos*

educacionais e de suas relações com outros fenômenos sociais (Vol. X, 6ª ed.). São Paulo: Edições Melhoramentos.

- Bernardo, R., & Cortina, I. (2012). Sexualidade na Terceira Idade. *Revista Enfermagem UNISA*, 13(74-8), 1-12. Recuperado de:
http://www.portalterceiridade.com.br/dialogo_aberto/sexualidade_3i/index.htm
- Bonfim, J., & Mesquita, M. R. (2020). Nunca falaram disso na escola: um debate com jovens sobre gênero e diversidade. *Psicol. Soc. (Online)*, e192744.
- Borillo, D. (2010). *Homofobia: História e crítica de um preconceito*. (G. J. de F. Teixeira, Trad.). Belo Horizonte: Autêntica.
- Bourdieu, P. (1999). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Brubaker, S. J. (2021). Abraçando e expandindo a teoria feminista: (Re)conceituando gênero e poder. *Violência Contra a Mulher*, 27(5), 717-726.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Castro, M. H. G. de. (1998). Avaliação do sistema educacional brasileiro: Tendências e perspectivas. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 6(20), 303-364.
- Cegolon, A. (2022). Inclusion/exclusion: An educational challenge. *Form@re-Open Journal per la formazione in rete*, 22(1), 297-307.
- Chen, E., & Rodriguez, M. (2021). *Intersectionality and power: The role of gender in world history*. *Historical Sociology Review*.
- Cruz, M. H. S. (2012). Refletindo sobre a diversidade de gênero no campo da educação. *Saberes em Perspectiva*, 2(2), 13-32.
- Demo, P. (1994). *Pesquisa e construção do conhecimento: Metodologia científica no caminho de Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2006). Introdução: A disciplina e a prática da pesquisa

- qualitativa. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Orgs.), *O planejamento da pesquisa qualitativa: Teorias e abordagens* (2ª ed., pp. 15-41). Porto Alegre: Artmed.
- Dinis, N. F. (2008). Educação, relações de gênero e diversidade sexual. *Educação & Sociedade*, 29(103), 477-492.
- Domingues, J. M., & Sena, M. R. (2023). Dinâmicas de inclusão e exclusão: Uma análise das políticas de cotas para pessoas transexuais no contexto brasileiro. *Direitos Democráticos & Estado Moderno*, 3(9), 43-60.
- Ferrari, A. (2000). Diferença, igualdade e formação de identidade no contexto escolar. *Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, 1(1), 87-100. Recuperado de: <http://ojs2.ufjf.emnuvens.com.br/revistainstrumento/article/viewFile/18798/9905>.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Goffman, E. (1975). *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Gonçalves, M. C., & Gonçalves, J. P. (2021). Gênero, identidade de gênero e orientação sexual: Conceitos e determinações de um contexto social. *Revista Ciências Humanas*, 14(1), 1-6.
- Guareschi, N., et al. (2004). Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência. In M. N. Strey, M. P. Ruwer Azambuja, & F. Pires Jaeger (Orgs.), *Violência, gênero e políticas públicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Jesus, J. G. D. (2012). Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos. *Brasília: Autor*, 1-30.
- López-Orozco, C. F., López-Caudana, E. O., & Ponce, P. (2022). A systematic mapping literature review of education around sexual and gender diversities. *Frontiers in Sociology*, 7, 946683.
- Louro, G. L. (Org.). (1999). *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Maia, A. C. B., & Ribeiro, P. R. M. (2011). Educação sexual: Princípios para a ação. *Revista*

Brasileira de Psicologia e Educação, 15(1), 75-84.

- Marconi, M. de A., & Lakatos, E. M. (2007). *Metodologia científica: Ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis* (5ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Marques, L. P., & da Rocha, J. M. (2020). Sexualidade e padrões sociais: o papel da educação. *Poíesis Pedagógica*, 18, 160-174.
- Matta, T. F., Taquette, S. R., Souza, L. M. B. D. M., & Moraes, C. L. D. (2021). Diversidade sexual na escola: estudo qualitativo com estudantes do Ensino Médio do Município do Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 37, e00330820.
- Menezes, L. M. J. (2021). Vulnerabilidades de saúde e sexuais de mulheres transexuais e travestis negras. *BIS. Boletim do Instituto de Saúde*, 22(1), 97-110.
- Pelúcio, L. (2006). *Fora do sujeito e fora do lugar: Reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis*. Apresentado na 38ª Reunião da ANPOCS.
- Peng, L. (2023). *Gender and sexual diversity in education*. Cambridge Open Engage.
<https://doi.org/10.33774/coe-2023-qxjnz>
- Piscitelli, A. (2009). Gênero: A história de um conceito. In H. B. Almeida & J. Szwako (Orgs.), *Diferenças, igualdade*. Campinas: Berlandis.
- Rather, A. Y. (2022). Is gender discrimination still alive in the 21st century? *Journal of Women Empowerment and Studies (JWES)*, 2(04), 11-17.
- Sartori, T. L. (2021). Políticas públicas, educação para os direitos humanos e diversidade sexual. *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades-Rev. Pemo*, 3(3), e335484.
- Scott, J. W. (1995). Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99.
- Shamim, M., Verma, R., Kumar, M., & Sahu, U. (2023). Me Hijra, Me Laxmi: Unveiling the veil through transgender narratives of Laxminarayan Tripathi. *Hipatia Press*, 13(2), 124-131.

- Silva, C. S. F. Brancaleoni, A. P. L., & Oliveira, R. R. de. (2019). Base nacional comum curricular e diversidade sexual e de gênero: (Des)caracterizações. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 14(especial 2), 1538-1555.
- Silva, J. D., & Saldanha, A. A. W. (2012). Vulnerabilidade e convivência com o HIV/AIDS em pessoas acima de 50 anos. *Revista Mal-Estar Subj*, 12(3-4), 817-852.
- Souza, M. P. R. (2010). Psicologia escolar e políticas públicas em educação: Desafios contemporâneos. *Em Aberto*, 23(83), 129-149.
- Taylor, A., & Gosney, M. A. (2011). Sexuality in older age: Essential considerations for healthcare professionals. *Age and Ageing*, 40(5), 538-543.
- Vergara, S. C. (2006). *Métodos de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas.
- Vianna, C. (2011). *Estudos de gênero, sexualidade e políticas de educação: Das ações coletivas aos planos e programas federais (Livre Docência)*. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- Vianna, C. (2012). *Introdução do gênero e da sexualidade nas políticas públicas de educação: Exame de sua concretização em algumas escolas públicas do estado de São Paulo*. Projeto Produtividade em Pesquisa (CNPq/PQ), 2010-2012. São Paulo: [Sem editora].

APÊNDICE A - ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA E QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

I - DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

- 1) Qual a sua idade? _____
- 2) Religião: () Católica () Evangélica () Espírita () Outra:
- 3) Em uma escala de 0 a 10, assinale o quanto você se considera religioso?
1 – 2 – 3 – 4 – 5 – 6 – 7 – 8 – 9 – 10
- 4) Qual a sua série/ano escolar? _____
- 5) Qual a cidade e bairro que você mora? _____
- 6) Sua Renda Mensal familiar aproximada? _____
- 7) Como você se considera em relação à sua cor de pele? _____
- 8) Como você se considera em relação à sua orientação sexual? _____
- 9) Como você se considera em relação à sua identidade de gênero? _____

II – QUESTÕES NORTEADORAS DA ENTREVISTA

Eixo 1: diversidade sexual e de gênero

1. O que você compreende sobre gênero?
2. Para você, o que significa diversidade de gênero?
3. O que você compreende sobre orientação sexual?
4. Para você, o que significa diversidade sexual?
5. Você se sente representado e acolhido em relação à sua identidade de gênero e orientação sexual? Por quê?

Eixo 2: o papel da escola na promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero

1. Em sua escola aborda questões relacionadas a gênero e sexualidade? Se sim, como?
2. Você se sente confortável em falar sobre questões de diversidade sexual e de gênero na

escola? Por quê?

3. Como você percebe sua escola em relação ao respeito e inclusão da diversidade sexual e de gênero?
4. Quais as ações da escola em relação aos alunos LGBTQ+?
5. Você já ouviu falar em sua escola sobre sexismo, a homofobia e a transfobia?
6. Você já presenciou situações de discriminação ou preconceito na escola relacionadas à diversidade sexual e de gênero?
7. Sua escola oferece aulas ou palestras sobre diversidade sexual e de gênero?
8. Em sua opinião, quais ações a escola poderia realizar para promover a diversidade sexual e de gênero de forma mais efetiva?

Eixo 3: Vulnerabilidade e diversidade sexual e de gênero

1. Você já se sentiu desconfortável ou sofreu algum tipo de preconceito na escola por conta da sua identidade de gênero ou orientação sexual? Se sim, essas situações afetam o seu desempenho escolar?
2. Você já teve que lidar com comentários homofóbicos, transfóbicos ou machistas na escola? Como se sentiu em relação a isso?
3. Na sua opinião, como essas situações de preconceito e homofobia repercute na saúde mental dos estudantes?
4. Você se sente seguro em se expressar livremente em relação à sua identidade de gênero ou orientação sexual na escola?
5. Você já pensou em desistir da escola por conta de situações de discriminação ou preconceito relacionados à diversidade sexual e de gênero?
6. Você já teve ou presenciou alguma situação de sexismo, homofobia ou transfobia na escola? Se sim, como você se sentiu?

ANEXO A - PARECER CONSUBSTÂNCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA
PARAÍBA - PRÓ-REITORIA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA - UEPB / PRPGP



PARECER CONSUBSTÂNCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: DIVERSIDADE SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO: VULNERABILIDADES PSICOSSOCIAIS EM ADOLESCENTES NO CONTEXTO ESCOLAR

Pesquisador: RICARDO JERONIMO DA SILVA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 69559423.3.0000.5187

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.077.173

Apresentação do Projeto:

Entre os diversos fenômenos perpassados por estigmas na escola, destaca-se o preconceito relacionado as questões de gênero e sexualidade, os quais geram sofrimento psíquico e estão relacionados com contexto sociais e de vulnerabilidades. O estudo sobre as relações sexuais e de gênero no ambiente escolar se justifica diante dos desafios ainda existentes na luta pela igualdade. Assim, este estudo tem por objetivo geral analisar a diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar sob a perspectiva de estudantes adolescentes e a relação destes com a vulnerabilidade e o sofrimento psíquico. Para tanto, será realizado um estudo transversal, descritivo e exploratório, de natureza aplicada e com abordagem qualitativa.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO GERAL : Compreender a diversidade sexual e identidade de gênero no ambiente escola na perspectiva de estudantes adolescentes e a relação destes com a vulnerabilidade e o sofrimento psíquico.
OBJETIVO ESPECIFICOS : Identificar as concepções de estudantes adolescentes sobre diversidade sexual e de gênero; Aprender a percepção de adolescentes estudantes sobre o papel da escola na promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero; Identificar as relações existentes entre vulnerabilidades e sofrimento psíquico no contexto da diversidade sexual e de gênero, no âmbito escolar, na perspectiva dos adolescentes

Endereço: Av. das Baraúnas, 351- Campus Universitário
Bairro: Bodocongó **CEP:** 58.109-753
UF: PB **Município:** CAMPINA GRANDE
Telefone: (83)3315-3373 **Fax:** (83)3315-3373 **E-mail:** cep@setor.uepb.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA
PARAÍBA - PRÓ-REITORIA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA - UEPB / PRPGP



Continuação do Parecer: 6.077.173

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Quanto aos riscos, esta pesquisa oferece poucos riscos aos participantes, ou seja, podendo ocorrer algum desconforto subjetivo durante a leitura do questionário ou desenrolar da pesquisa. Para evitar que este risco se instale, o instrumento será aplicado de forma individual, tendo em vista manter a privacidade do participante. Ademais, anterior a aplicação do instrumento, o pesquisador informará que, caso haja algum desconforto subjetivo para responder às perguntas do roteiro de entrevista, o participante poderá deixar de responder e desistir de sua participação a qualquer momento. O pesquisador se colocará à disposição para quaisquer esclarecimentos que possam amenizar possíveis desconfortos, bem como será colocado à disposição o contato do pesquisador responsável, que é psicólogo, para uma escuta mais direcionada e atenta, caso o participante deseje.

Em relação aos benefícios, ao participar desta pesquisa, os participantes não terão nenhum benefício direto. Entretanto, a partir desta pesquisa espera-se que os resultados deste estudo contribuam para melhorias no acolhimento às demandas de estudantes adolescentes, notadamente daquelas relativas às situações de preconceitos no contexto escolar. Ademais, os resultados desta pesquisa podem favorecer o contexto das políticas públicas e da sociedade civil, bem como a conciliação de (auto) reconhecimento da diversidade sexual e identidade gênero no âmbito da comunidade escolar, no fazer educacional e nos saberes científicos e de ação. Isto colabora para promover um convívio respeitoso entre seres humanos, no combate às exclusões, dominações e tantas outras formas de preconceitos existentes na sociedade.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A partir deste estudo, espera-se identificar as concepções de estudantes adolescentes sobre a diversidade sexual e de gênero, a fim de uma compreensão múltipla do conhecimento, tanto para o contexto social e científico, como para o espaço escolar. A inclusão de uma perspectiva de gênero e sexualidade nos processos educativos pode contribuir para uma educação mais igualitária e respeitosa, promovendo a conscientização sobre diversidade e prevenção de discriminações

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os Termos estão em consonância com as exigência da CONEP

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Tento como base o exposto acima o PARECER para o desenvolvimento desta pesquisa é de Aprovação

Endereço: Av. das Baraúnas, 351- Campus Universitário
Bairro: Bodocongó CEP: 58.109-753
UF: PB Município: CAMPINA GRANDE
Telefone: (83)3315-3373 Fax: (83)3315-3373 E-mail: cep@setor.uepb.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA
PARAÍBA - PRÓ-REITORIA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA - UEPB / PRPGP



Continuação do Parecer: 6.077.173

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2128019.pdf	11/05/2023 09:55:23		Aceito
Declaração de concordância	concordancia.pdf	11/05/2023 09:53:42	RICARDO JERONIMO DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	09/05/2023 10:51:23	RICARDO JERONIMO DA SILVA	Aceito
Outros	TAI.pdf	05/05/2023 13:49:19	RICARDO JERONIMO DA SILVA	Aceito
Outros	INSTRUMENTO.pdf	26/04/2023 12:08:00	RICARDO JERONIMO DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	4TCLE_ESTUDANTES.pdf	26/04/2023 12:06:58	RICARDO JERONIMO DA SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	1TERMODECOMPROMISSODOPEQUISADOR.pdf	26/04/2023 12:04:38	RICARDO JERONIMO DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	26/04/2023 12:04:04	RICARDO JERONIMO DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	3TERMO_DE_ASSENTIMENTO.pdf	26/04/2023 12:03:44	RICARDO JERONIMO DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	2TCLE_RESPONSAVEL.pdf	26/04/2023 12:03:15	RICARDO JERONIMO DA SILVA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	26/04/2023 12:01:14	RICARDO JERONIMO DA SILVA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	26/04/2023 11:58:02	RICARDO JERONIMO DA SILVA	Aceito

Endereço: Av. das Baraúnas, 351- Campus Universitário
Bairro: Bodocongó CEP: 58.109-753
UF: PB Município: CAMPINA GRANDE
Telefone: (83)3315-3373 Fax: (83)3315-3373 E-mail: cep@setor.uepb.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA
PARAÍBA - PRÓ-REITORIA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA - UEPB / PRPGP



Continuação do Parecer: 6.077.173

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMPINA GRANDE, 24 de Maio de 2023

Assinado por:
Patricia Meira Bento
(Coordenador(a))